



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

WILTON PEDRO SERROTE

**REGIONALISMO AFRICANO: UTOPIA OU REALIDADE? AVALIANDO
PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL EM ÁFRICA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

WILTON PEDRO SERROTE

**REGIONALISMO AFRICANO: UTOPIA OU REALIDADE? AVALIANDO
PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL EM ÁFRICA**

Trabalho apresentado como parte dos requisitos para obtenção de grau de Bacharel em Relações Internacionais, no Curso de Graduação de Relações Internacionais, do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Deolindo Nunes Barros.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

S511r

Serrote, Wilton Pedro.

Regionalismo africano : utopia ou realidade? Avaliando processos de integração regional em África / Wilton Pedro Serrote. - 2023.

54 f.

Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Deolindo Nunes de Barros.

1. África - Integração econômica. 2. Cooperativismo africano. 3. Regionalismo - África.
I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 337.16

WILTON PEDRO SERROTE

**REGIONALISMO AFRICANO: UTOPIA OU REALIDADE? AVALIANDO
PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL EM ÁFRICA**

Trabalho apresentado como parte dos requisitos para obtenção de grau de Bacharel em Relações Internacionais, no Curso de Graduação de Relações Internacionais, do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Data de aprovação: 07/07/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Deolindo Nunes de Barros (Orientador)

Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.^a Dr.^a Joyce Amâncio de Aquino Alves

Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof. Dr. Ismael Tcham

Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

RESUMO

A temática da integração regional em África remonta desde antes da década de 1950, quando da criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em Addis Abeba (Etiópia), uma iniciativa dos líderes africanos impulsionada pelos ideais panafricanistas, na perspectiva de mudar o contexto regional africano, caracterizado na altura por conflitos coloniais e posteriormente neocoloniais. A ideologia panafricana foi um marco importante no acelerar do processo de integração regional, bem como na luta contra a marginalização de África, que culminou na criação da OUA que tinha como objetivo a unificação da África contra a dominação colonial, resolução de conflitos, estabilidade e justiça social, bem como o acelerar do desenvolvimento económico e social dos povos africanos. E a partir de estratégias coletivas, fora então dados os passos para alicerçar os interesses dos vários assentamentos regionais. Para uma efetividade tanto da perspectiva africana de integração quanto para se voltar a uma cooperação horizontal, reformas políticas internas são necessárias para efetivar um elevado nível de integração e com isso provocar uma diminuição da dependência. Olhando para os dias atuais, percebe-se que o profundo enraizamento do neocolonialismo vem desvirtuando os ideais africanos, para isso, uma retomada aos ideais panafricanistas de integração se faz necessário, na perspectiva de se voltar contra as teorias tradicionais que se tenta impor às sociedades africanas uma vez que elas não reverberam as necessidades das sociedades africanas. Como dito e posto, o regionalismo africano obedece à categorização diferente das impostas pelas teorias tradicionais.

Palavras-chave: África - integração económica; cooperativismo africano; regionalismo - África.

ABSTRACT

The theme of regional integration in Africa dates back to before the 1950s, when the Organization of African Unity (OAU) was created in Addis Ababa (Ethiopia), an initiative of African leaders driven by Pan-Africanist ideals, with a view to changing the African regional context., characterized at the time by colonial and later neocolonial conflicts. The pan-African ideology was an important milestone in accelerating the process of regional integration, as well as in the fight against the marginalization of Africa, which culminated in the creation of the OAU whose objective was the unification of Africa against colonial domination, conflict resolution, stability and social justice, as well as accelerating the economic and social development of African peoples. And based on collective strategies, steps had been taken to support the interests of the various regional settlements. For the effectiveness of both the African perspective of integration and for a return to horizontal cooperation, internal political reforms are necessary to achieve a high level of integration and thereby bring about a decrease in dependency. Looking at the present day, it is clear that the deep rooting of neocolonialism has been distorting African ideals, for this, a return to the Pan-Africanist ideals of integration is necessary, with a view to turning against the traditional theories that are trying to be imposed on societies. African societies since they do not reverberate the needs of African societies. As said and stated, African regionalism obeys a different categorization from those imposed by traditional theories.

Keywords: African cooperativism; Africa - economic integration; regionalism - Africa.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ALCA** - Área de Livre Comércio das Américas
- ASEAN** - Associação de Nações do Sudeste Asiático
- BAD** – Banco Africano de Desenvolvimento
- BAI** – Banco Africano de Investimento
- BCA** – Banco Central Africano
- BM** – Banco Mundial
- BRICS** - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- CEA** – Comissão Econômica das Nações Unidas para África
- CECA** - Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
- CEDEAO** - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
- CEE** – Comunidade Econômica Europeia
- CEEAC** - Comunidade Econômica dos Estados da África Central
- CEN-SAD** - Comunidade dos Estados do Sahel-Saara
- CEPAL** - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- COMESA** – Mercado Comum da África Oriental e austral
- EAC** - Comunidade da África Oriental
- ECOMOG** - Grupo de Monitoramento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
- ECOWAS** - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
- EUA** – Estados Unidos da América
- FMA** – Fundo Monetário Africano
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- IGAD** - Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
- MERCOSUL** - Mercado Comum do Sul
- NAFTA** - Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio
- NEPAD** - Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
- OEA** – Organização dos Estados Americanos
- OMC** – Organização Mundial do Comercio
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- OPEP** - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
- OUA** – Organização da Unidade Africana
- SACU** - União Aduaneira da África Austral

SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

UA – União Africana

UE – União Europeia

UEMOA - União Econômica e Monetária do Oeste Africano

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA DA INTEGRAÇÃO REGIONAL E DO REGIONALISMO	13
2.1	POSSÍVEIS BENEFÍCIOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL E DO REGIONALISMO	24
3	POR UM REGIONALISMO AFRICANO?	27
3.1	A ÁFRICA PRÉ-COLONIAL	29
3.2	O PANAFRICANISMO E A INTEGRAÇÃO REGIONAL	31
4	AVALIANDO PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL EM ÁFRICA	40
4.1	DA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA A UNIÃO AFRICANA	40
5	CONCLUSÃO	48
	REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

A temática da integração regional em África remonta desde antes da década de 1950, aquando da criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em Addis Abeba (Etiópia), uma iniciativa dos líderes africanos impulsionados pelos ideais panafricanistas, na perspectiva de mudar o contexto regional africano, caracterizado na altura por conflitos coloniais e posteriormente neocoloniais. A ideologia panafricana foi um marco importante no acelerar do processo de integração regional, bem como na luta contra a marginalização de África, que culminou na criação da OUA que tinha como objetivo a unificação da África contra a dominação colonial, resolução de conflitos, estabilidade e justiça social, bem como o acelerar do desenvolvimento económico e social dos povos africanos. “Nesse período, os líderes africanos tinham chegado à conclusão de que a fragmentação do continente e a dependência de exportação de matérias-primas eram obstáculos ao acesso aos mercados internacionais competitivos”. (FONTES, 2012, p. 12). E a partir de estratégias coletivas, porém não unânime, fora então dado os passos para alicerçar os interesses dos vários assentamentos regionais.

Os desdobramentos integracionistas em África se dão de forma míope desde o período pré-colonial, quando as sociedades africanas se organizavam em reinos e principados, “sendo suas relações baseadas na soberania, independência e cooperação” (DIALLO, 2009, p. 8). Essas relações se deram sobretudo devido ao teor humanitário que regia as relações de poder e o sentimento de pertença. Apesar das várias realidades díspares tais como político-ideológica, cultural e religiosa, havia sentimento de união que emanava das origens desses, e isso sempre fez parte dos ideais desses assentamentos, que inicialmente não obedeciam a delimitações geográficas, mais, conciliavam as práticas integracionistas de defesa e de união. Compreendidos aqui como os primeiros casos de integração regional, o regionalismo africano míope não durou muito, pois com o advento do expansionismo e sobretudo, do choque de civilizações que vai culminar com a expansão colonial, as práticas que regiam o regionalismo africano começaram então a ser extintas.

Foi então a partir da década de 1960, graças a uma influência direta do panafricanismo, que um novo por vir começa a ecoar nos anseios das lideranças africanas. Denominado ano de África, foi neste período que mais de 16 colônias africanas alcançaram a sua independência, tal e qual, foram lançadas as bases para a formação da OUA. A Organização da Unidade Africana (OUA) foi concebida com vista “a lançar as bases solidas para as Comunidades Económicas regionais que deverão servir de pilares para a Comunidade

Econômica Africana” (M’BOKOLO, 2011, p. 707). Processo este que culminou com a criação de várias Comunidades Econômicas, acompanhados do chamado período do Renascimento Africano, que vai ditar a nova onda e a mais moderna do regionalismo africano, “processo de recuperação econômica que visa promover o crescimento autossustentado, utilizando-se da integração regional e da cooperação Sul-Sul para atingir seus objetivos” (CALICH, 2018, p. 40). O processo de integração no continente africano, apesar de sempre ter feito parte dos ideais renascentistas, passou a ganhar mais força a partir da década de 1990, quando “os Estados africanos independentes decidiram estabelecer estratégias para promover a cooperação econômica entre si”. (FONTES, 2012, p. 12).

A proposta de regionalismo africano aqui proposto se apresenta não como uma solução, mas como uma perspectiva alternativa míope da retomada dos ideais panafricanistas para se pensar nos desdobramentos e arranjos que pudessem suprir os principais déficits e as problemáticas que os países do continente se debatiam. “De modo geral, os países africanos enfrentam três questões estruturais que comprometeram, e comprometem, seu desenvolvimento: a pobreza, a transformação estrutural e a dependência”. (CALICH, 2018, p. 43). Portanto, acredita-se que a retomada do regionalismo africano possui as bases teóricas e conceituais para responder a tais inquietações. Além destes aspectos “a integração econômica regional, na opinião daqueles que a defendem energicamente, seria um meio de redução da vulnerabilidade do continente frente às forças externas”. (ASANTE, 2010, p. 886). Tal e qual, propicia o aumento das trocas comerciais e dos investimentos. O regionalismo africano se apresenta como uma realidade e não como utopia, como apontado por vários teóricos, pois, é por intermédio dela que hoje se vivencia a era do afropositivismo.

Dado o que foi exposto até aqui e em linhas gerais, o problema de pesquisa está concentrado na seguinte questão: de que forma o regionalismo africano pode contribuir para coordenação mútua dos assentamentos regionais e de uma contra marginalização de África e dos assuntos africanos? A partir desta problemática, desenvolveram-se então aqueles que são os objetivos que vão guiar este trabalho. Como objetivo geral nos propusemos a realizar um mapeamento identificando as características do regionalismo através da experiência africana. Objetivos específicos: apontar os desafios e perspectivas do regionalismo africano no alcance do desenvolvimento e inserção internacional dos países nela envolvidos; discutir o papel dos Estados na formação e implementação de uma agenda regionalista africana; elencar as diferenças entre o regionalismo africano e o regionalismo euro-norte-ocidental; compreender de que forma o regionalismo africano em tentando promover o desenvolvimento em África.

Para a realização do presente trabalho foi utilizada a pesquisa de método qualitativo, de caráter interdisciplinar, para tanto baseada em análise documental, que nos permitirá analisar a trajetória histórica do regionalismo africano, tal e qual fazer um mapeamento exploratório da institucionalização das políticas integracionistas africanas a partir dos ideais panafricanistas, no curso da sua política desenvolvimentista de inserção internacional, bem como a análise dos relatórios anuais da UA; boletins estatísticos do BAD; fotografia; programas institucionais da UA etc. A hipótese principal do trabalho consiste em afirmar que os vários assentamentos regionais em África têm na integração e no regionalismo africano um meio para alcançar o desenvolvimento econômico e social e reforçar a sua autonomia econômica bem como reduzir a sua dependência perante o exterior, e ainda, aumentar as trocas comerciais e os investimentos regionais, fatores estes atrelados a reformas políticas e institucionais e o aumento da eficácia no cumprimento do seu papel.

A pesquisa estará dividida em três capítulos, sendo que no primeiro capítulo trataremos de apresentar uma breve consideração sobre a teoria da integração regional e do regionalismo; neste capítulo tentaremos enfatizar as diversas definições e conceitualizações sobre integração regional e regionalismo, desdobramentos contemporâneos com base nos autores clássicos. Para tal, parte-se do princípio de que as teorias de integração apontam para este fenômeno como um processo no qual países limítrofes e/ou não, cooperam por meio de instituições para um bem comum. A partir daí estariam então lançadas as bases para a integração regional. Os conceitos debatidos neste capítulo nos dão uma compreensão mais ampla do regionalismo tradicional, da ampliação das fronteiras geopolíticas e geoestratégicas, com o advento da globalização, e tendo como modelo padrão o caso europeu da União Europeia (UE).

No segundo capítulo tentaremos trazer uma abordagem do regionalismo segundo a ótica africana, contrapondo a lógica europeia que se tem pautado como modelo padrão a ser seguido. É sabido que as sociedades africanas desde os primórdios demandaram de um processo de organização coletiva que antecederam os casos europeu e não só. Pretende-se partir disso apresentar as características míopes do regionalismo africano, seus contextos, fluxos e refluxos, processos e retrocessos e a sua influência na formação de vários processos de assentamentos regionais. Como elementos primordiais para a compreensão de tal fenômenos destacou-se como alguns subgrupos de estudo o panafricanismo, a Conferência de Bandung e os movimentos anticoloniais, como espectro da lógica integracionista contra hegemônica.

No terceiro e último capítulo far-se-á uma análise dos vários processos de integração regional em África, com destaque para a União Africana e o seu papel no incremento de uma agenda integracionista unificada. Neste capítulo, faremos uma análise histórica temporal sobre os acontecimentos que originaram o nascimento da Organização da Unidade Africana, bem como a sua transformação na União Africana. Pretende-se a partir disso, evidenciar o processo que originou o nascimento de vários assentamentos regionais.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA DA INTEGRAÇÃO REGIONAL E DO REGIONALISMO

O debate sobre a integração regional surge há muito tempo atrás, isso se olharmos para as várias configurações de alguns reinos e assentamentos da África pré-colonial e Ásia. Provavelmente estaríamos aqui nos perguntando sobre como e por que classificar essas relações como elementos inerentes ao processo de integração? Tais desdobramentos serão trazidos mais para frente, porém, é importante mencionar que tais processos antecedem a conceitualização do fenômeno da integração regional como hoje conhecemos, pois, este nasce, ou tem o seu ápice com o advento da Segunda Guerra Mundial, fenômeno este que vai permitir a conceitualização e teorização do fenômeno integracionista.

Existe uma grande dicotomia literária para conceituar os fenômenos que serão discutidos nesses trabalhos, são eles: regionalismo, regionalização e integração regional. Começando pela última, “a expressão integração regional designa o processo pelo qual os territórios pouco ou nada conectados uns aos outros formam pouco a pouco um conjunto regional distinto do resto do mundo (RICHARD, 2014, p. 43). Ou seja, compreende-se a integração regional como um fenômeno resultante das necessidades dos países situados na mesma região, congregarem interesses a fim de preservar as suas economias.

A integração ela pode ser formal, onde “os países podem entrar em um acordo regional e formar um espaço comum: podemos dizer, por exemplo, que os seis países fundadores da Comunidade Econômica Europeia se integraram no espaço comunitário em 1958 (RICHARD, 2014, p. 43); e funcional, a “integração regional funcional, chamada por vezes de real ou aprofundada, trata-se do processo pelo qual as interações entre os territórios contíguos crescem a tal ponto que elas terminam por ser mais intensas no interior do que com os territórios situados no exterior” (RICHARD, 2014, p. 43). Tais conceitos obedecem a uma

linha temporal, histórico-cronológica, pois, passar por estas etapas nos permitirá compreender o fenômeno no seu todo.

Numa altura em que o mundo se debatia com questões conflituosas (guerras), eis então que se cria o ambiente para a formação das alianças, quer a nível político-estratégico, econômico ou geográfico. Surge então a integração regional como a primeira onda regionalista do Sistemas Internacionais contemporâneo, e, sendo este um fenômeno de caráter geoestratégico, permitiria aos Estados envolvidos nesse conflito estreitarem laços e trabalharem em conjunto a fim de alcançar os seus objetivos como a paz, a estabilidade, o crescimento econômico e a criação de uma zona de influência hegemônica.

Perrota (2013) vai dizer que após a Segunda Guerra Mundial o polo Ocidental liderado pelos EUA se viu então na necessidade de: (1) construir uma nova ordem internacional sob a égide da paz; (2) reconstruir as economias devastadas pela Guerra; (3) e fazer com que a Alemanha cumprisse as sanções causadas pelos danos cometidos sem que as punições culminassem em outro conflito mundial. Foi então a partir destes desdobramentos que começou a se fomentar a ideia da criação de blocos regionais. “Ainda que essa interação possa ser informal, a formalização de um caráter cooperativo entre os Estados, em especial através da institucionalização da mesma, e a conseqüente construção de acordos ou regimes interestatais” (HURRELL, 1995, p. 23) suscitava grandes convicções e o ecoar de um novo porvir.

Foi com o fim da Guerra Fria e da disputa ideológica por ela impregnada que colocava de um lado o socialismo soviético e do outro o capitalismo americano, e que culminou com a derrocada do sistema socialista comunista na Europa principalmente com a queda do Muro de Berlim e a dissolução da União Soviética que começou a ser desejada uma nova ordem internacional liderada pelos EUA e os seus aliados. Estes acontecimentos determinaram também a vitória estadunidense e de seus aliados, bem como a consolidação do capitalismo neoliberal. A partir daqui, começou a luta para o estabelecimento de uma nova ordem Econômica Internacional, sustentado pelos assentamentos regionais. A primeira “onda regionalista” com preponderância no cenário internacional contemporâneo teve início no pós-Segunda Guerra quando houve o início da conformação da União Europeia (HURRELL, 1995; PADULA, 2010). Percebe-se então a partir daqui a definição das diretrizes dessa nova ordem internacional, que para além de geoestratégica também detinha interesses econômicos e políticos, esses que vão marcar a primeira onda regionalista internacional.

Em termos econômicos, em contraste com o que seria a próxima onda regionalista, caracterizou-se pelo “regionalismo fechado”, que diversos países buscaram como estratégia de desenvolvimento econômico. Também nos anos 1950 surgiram, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), organizações regionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a (CEPAL). No continente africano, ainda compondo esse primeiro impulso em direção a maior aproximação dos Estados no contexto regional, foi criada em 1963 a Organização da Unidade Africana (OUA) (CALICH, 2018, p. 16).

A partir daqui é lançado então o processo de formação de blocos regionais, ou também chamados de acordos regionais. Tais iniciativas, como declara Silva (2020), começaram a se dar sobretudo na Europa Ocidental, encaradas como um mecanismo que pudesse fomentar o processo de integração econômica regional das suas economias, permitindo assim então a criação em 1951 da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) cujo objetivo consistia em centralizar e regular sob a autoridade de um organismo único “a produção e comercialização de dois setores chaves, tanto para a indústria de base, quanto para a de armamentos, da França, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo” (PERROTTA, 2013). O Ocidente até aqui largou na frente nos esforços que os países euro-norte-ocidentais impregnaram para o nascimento desta que vai simbolizar o ponto de ruptura entre duas ordens diferentes, do pré-guerra à pós-guerra.

Em decorrência disso, da década de 1950 até 1970 - no marco da CECA e do aprofundamento dessa experiência a partir da Comunidade Europeia de Energia Atômica e da Comunidade Econômica Europeia - a Integração Regional foi concebida como um conceito composto, majoritariamente, por duas derivações: econômica e política (SILVA, 2020, p. 22).

A integração regional enquanto uma práxis nova no sistema internacional, ela começou a ser teorizada e conceituada enquanto objeto de estudo a partir da década de 1950, fruto do nascimento da CECA (Comunidade Europeia do Carvão e Aço). Foi por intermédio deste fenômeno, e com o final da Segunda Guerra Mundial, que se deu origem à comunidade institucionalizada, sob uma autoridade comum, inspirando a formação do primeiro processo de integração construído no pós-Segunda-Guerra e o desenvolvimento posterior de estudos acadêmicos acerca das teorias da integração. SÁNCHEZ (2004, p. 17) “considera o fenômeno da integração no quadro de um mundo em transformação, em que ela exerce um papel preponderante, como resposta às interrogações suscitadas nessa conjuntura”. A esse respeito, analisa a ordem antropológica, a ordem cultural, a ordem geopolítica e a ordem econômica como elementos intrínsecos para a compreensão das estratégias traçadas em cima da consolidação dos assentamentos regionais. A análise proposta por Sanchez nos permite

compreender a construção histórico-cronológica e temporal do fenômeno integracionista, bem como a sua relevância política, econômica e geográfica, aspectos estes que serão desenvolvidos mais à frente.

Por se tratar de uma *práxis* nova no Sistema Internacional - que unia setores estratégicos de Estados outrora inimigos (Alemanha e França), em uma zona de permanente disputa entre ambos (Alsácia e Lorena) - tal estratégia aguçou a curiosidade de teóricos da disciplina de Relações Internacionais, sobretudo a norte-americana, fazendo com que a Integração Regional emergisse como um objeto de estudo vocacionado à explicação da experiência europeia (PERROTTA, 2013 *apud* SILVA, 2020, p. 22).

Foi então a partir de Bela Balassa que começou a se teorizar e a definir as etapas da integração regional. “O conceito de integração sempre foi dinâmico e relacionado a um determinado contexto, político, econômico e social” (PREDEBON; BULGACOV, 2011, p. 3). Entende-se então por integração regional um processo pelo qual dois ou mais Estados decidem cooperar a fim de alcançar os seus objetivos econômicos e geoestratégicos. “A integração é também fenômeno político, pois seu nível de aprofundamento depende da vontade política dos Estados que resolvem se aproximar” (PREDEBON; BULGACOV, 2011, p. 3). Normalmente a integração ela só se dá por envolver dois ou mais Estados, a partir da descrição de determinados acordos sobre os quais se pretendem cooperar.

Segundo Hurrell (1995), a integração regional é um subtipo de um fenômeno mais amplo, o regionalismo. Ou seja, “este último refere-se a uma diversidade de processos e racionalidades. Segundo o autor, há pelo menos cinco variedades de regionalismo: regionalização, consciência e identidade regional, cooperação regional interestatal, integração regional e coesão regional” (MESQUITA, 2019, p. 4). Do outro podemos também destacar que “a integração como processo constitui um programa escalonado de eliminação de barreiras artificiais aos intercâmbios de bens e aos movimentos dos fatores produtivos (capital e trabalho)” (JÚNIOR, 2006, p. 25). Como discorrido até aqui, percebe-se então que a crise da ordem pós-guerra levou ao surgimento de uma nova estrutura política global, onde os Estados se propunham a criar um ambiente propício para o seu desenvolvimento, e conseqüentemente o exercício da sua influência no Sistema Internacional.

[...] a clássica definição formulada por Bela Balassa, o qual concebe a integração como um processo e um estado de coisas. Vista como um processo, a integração encerra várias medidas destinadas a abolir discriminações existentes entre unidades econômicas pertencentes a diversos Estados nacionais. Contemplada como um estado de coisas, pode ser representada pela ausência de várias formas de discriminação entre as economias nacionais (JÚNIOR, 2006, p. 28).

O período do pós-guerra constitui o período de maior intensificação dos processos de integração, “com o estabelecimento de blocos de cooperação em diversas zonas influenciando as políticas internas e externas dos países envolvidos” (CALICH, 2018, p. 17). “Tendo em vista a natureza complexa dos objetivos e das metas de um processo de integração, é possível afirmar que, rigorosamente, apenas a União Europeia atingiu esse estágio (JÚNIOR, 2006, p. 22). Porém, nos anos seguintes vivenciou-se a ascensão de alguns países ‘periféricos’, e consigo também o nascimento de outros assentamentos regionais de sucesso em África e América Latina.

A integração regional surge como uma nova estrutura política global, atuando sobre o princípio que se predispõe a abandonar a “ideia de instituições supranacionais e encara-se a integração não como um fim em si mesmo, mas como um meio de mudança socioeconômica para os Estados envolvidos, que buscam desenvolvimento endógeno e soberania” (CALICH, 2018, P. 20). Essa cooperação geralmente começa com a integração econômica e, à medida que continua, passa a incluir a integração política. “A integração regional, neste contexto, passa a ser estimulada a partir de alguns fatores: a emergência de novas potências econômicas simultaneamente à intensificação da competição internacional e rápido desenvolvimento tecnológico” (GILPIN, 2001, p. 357). Em suma, a integração regional é a união de estados individuais dentro de uma região na tentativa de reduzir a sua dependência.

Partimos da premissa inicial de que o objetivo de um processo (ou um projeto) de integração regional deve ser que os países partícipes se desenvolvam economicamente e socialmente, reduzam sua dependência e vulnerabilidade externa, ganhem autonomia estratégica e projeção de poder no sistema internacional (PADULA, 2010, p.67).

Por intermédio de Bela Balassa e da segunda onda regionalista, muito atrelada às experiências da União Europeia, começou a se teorizar e a definir as etapas da integração. De acordo com Bela Balassa (1995) as categorias ou modelos analíticos da integração econômica perpassam por: (1) zona de livre comércio; (2) união aduaneira; (3) mercado comum; (4) união econômica e monetária. Atrelado a estas perspectivas, também se destacam o caráter político, social e geoestratégico. O grau de eficiência e/ou efetivação da consolidação de um processo de integração depende da sua forma multidimensional tal e qual, da vontade e compromisso dos Estados soberanos independentes em compartilhar sua soberania.

O estudo da teoria da integração regional também poderá servir para a ressignificação do conceito de soberania definido em Westfalia desde 1948. Em tempos de avanço do processo integracionista tal preceito vai se ressignificando dado a complexidade dos Estados

em ceder um pouco da sua soberania para o funcionamento dos arranjos regionais. A evolução deste sistema tornou obsoleto o conceito de soberania westfaliano, assim como vai ditar que o desejo da integração regional por parte dos Estados se dá necessariamente para que eles tenham a capacidade de integrar suas economias a fim de alcançar um rápido desenvolvimento econômico, diminuir os conflitos e construir confiança mútua entre as unidades integradas. “Desta forma, os processos de formação de blocos regionais podem ser uma ferramenta para a articulação de estratégias de desenvolvimento econômico conjunto, implicando, outrossim, ganhos sociais (CALICH, 2018, p. 21).

Seguindo esta mesma onda da formação econômica dos blocos regionais, de Lombaerde e Van Langenhove (2005) vão destacar que as iniciativas de integração regional devem cumprir 8 princípios importantes, sendo estes:

- o fortalecimento da integração comercial na região;
- a criação de um ambiente propício para o desenvolvimento do setor privado;
- desenvolvimento de programas de infraestrutura para apoiar o crescimento econômico e a integração regional;
- o desenvolvimento de instituições fortes do setor público e boa governança;
- a redução da exclusão social e o desenvolvimento de uma sociedade civil inclusiva
- a contribuição para a paz e a segurança na região;
- a construção de programas ambientais a nível regional;
- o fortalecimento da interação da região com outras regiões do mundo.

Os arranjos de integração regional “podem representar uma ferramenta de recuperação do dinamismo econômico para os países envolvidos, além de possibilitar a absorção de economias de escala, sendo uma influência positiva na atração de investimentos e no aumento da eficiência econômica (GONÇALVES, 2004, p. 117, *apud* CALICH, 2018, p. 21), e essa tendência é agora um futuro reconhecido no cenário internacional como partes integrantes da atual ordem econômica internacional. A integração tem possibilitado para além da criação de uma zona de influências, a criação de um mercado regional, de acordos comerciais bilaterais e sub-regionais, além do que, possibilitaria a abertura dos Estados ao mundo exterior.

Atrelado a isso, é importante diferenciarmos integração de regionalismo. Para dar sequência a esta discussão que já foi levantada lá no começo do capítulo, partiremos do princípio geográfico que “designa, por um lado, a valorização e a defesa das particularidades sociais e culturais e a identidade das regiões no seio de um Estado” (PAASI, 2009, p. 128;

TÉTARD, 2010, p. 36). Ou seja, o regionalismo é aqui compreendido como sendo uma ideologia de interesse estratégico, social, cultural etc., de compartilhamento de interesses comuns. “Por outro lado, ele pode ter um elemento político, ao enfatizar a vontade de conceder uma certa autonomia política ou econômica às instituições ditas locais” (PASQUINI, 2003, p. 38). Assim, “a regionalização corresponde a impor ou reforçar o nível regional como nível de representação, de administração e de ação em um dado Estado” (RICHARD, 2014, p. 34).

Ainda assim, o conceito de regionalismo tem provocado debates muito ambíguos sobre a sua definição. “O termo regionalismo é responsável por conceituar um movimento mais amplo, representando o processo ou o movimento político mediante o qual os Estados e atores não estatais cooperam e coordenam estratégias dentro de uma região” (EUZEBIO, 2016, pp. 9-10). O regionalismo é marcado por uma proximidade ou continuidade geográfica, sem de fato definir um limite de começo e término. O regionalismo “é bem observado como um processo instável e indeterminado de lógicas múltiplas e concorrentes, sem uma teleologia dominante ou ponto de chegada único, e regiões dinâmicas são inerentemente instáveis com pouca possibilidade de congelarem o *status quo*” (HURRELL, 2007, p. 130).

O regionalismo de fato obedece a uma interpretação não consensual, dado que desde a sua teorização bibliográfica vem se verificando várias ondas regionalistas diferentes, sendo estas o heterodoxo e o ortodoxo, fazendo assim uma relação ao regionalismo aberto e regionalismo fechado. “O regionalismo faz referência a um fenômeno geral, que está presente em quase todo o mundo e representa as ideologias que criam, mantêm ou modificam a provisão dos interesses de uma região específica” (EUZEBIO, 2016, pp. 9 – 10). Apesar de não obedecer a uma consensualidade, “para uns, o regionalismo de fato era “velho” por ser contemporâneo ao europeu, para outros, era “fechado” por, supostamente, ser economicista/autárquico” (SILVA, 2020, p. 17). Essas duas concepções teóricas ajudam a compreender as narrativas contemporâneas da integração.

Joseph Ney (1995) vai apresentar duas categorias principais do regionalismo, sendo elas: (1) organizações macroeconômicas que envolvem integração econômica formal, caracterizadas por estruturas institucionais formais e (2) organizações políticas macrorregionais interessadas no controle de conflitos. Ney coloca em evidência pressupostos para distinguir dos outros tipos de organização, dado a sua particularidade histórica, geoestratégica, cultural, social, econômica “de comércio estratégico, segundo a qual a regionalização possibilitaria a industrialização devido à expansão dos mercados nacionais e

do comércio intrarregional” (MEDEIROS, 2008, p. 222) possibilitando o aumento da integração social, política e econômica.

Tais arranjos cooperativos são muito claramente estatistas, projetados para proteger e melhorar o papel do Estado e o poder do governo. Elas envolvem uma reafirmação e extensão da autoridade estatal como parte de um processo pelo qual os Estados estão cada vez mais dispostos a trocar um grau de liberdade legal de ação por maior influência prática sobre as políticas de outros Estados e sobre o gerenciamento de problemas comuns (HURRELL, 1995, p. 42–3).

O regionalismo tal como se entende hoje é dividido em quatro fases. A primeira fase caracterizada pelas experiências do regionalismo Norte-Sul, que data do pós-Segunda Guerra “e da criação das instituições globais que dariam corpo à emergente ordem internacional dita liberal. O debate de então centrava-se na tensão entre o projeto universalista desses órgãos e o regionalismo” (MESQUITA, 2019, p. 7). Esse primeiro momento é muito importante, pois ele é acompanhado por diversas transformações e debates sobre o rumo que as estruturas de governança global teriam após a guerra.

A primeira fase traz então consigo o surgimento das organizações internacionais, em um primeiro momento com o preceito de ser um mediador da guerra e do alcance da paz, mas, por outro lado, entedia-se também “que as organizações regionais teriam um conhecimento superior sobre a realidade regional e, portanto, seriam mais recomendadas um órgão universal como a ONU para intervir em momentos de crise” (MESQUITA, 2019, p. 7). Isso forneceu a base do regionalismo praticado pelo que Acharya e Johnston (2007, p. 3) chamam de os três grupos macrorregionais originais: “Organização de Estados Americanos (OEA), Liga Árabe e Organização da Unidade Africana (OUA), todas fundadas no imediato pós-2ª Guerra” (MESQUITA, 2019, p. 7).

A segunda fase do regionalismo se deu com a emergência de vários agrupamentos regionais “que motivou o surgimento das teorias de integração regional. A preocupação analítica de tais teorias deixou de ser apenas formalista, como no caso da geração anterior, ou apenas com segurança” (MESQUITA, 2019, p. 7). O regionalismo passa a partir daqui então a mensurar outros fatores como riqueza, segurança, essenciais para a compreensão do fenômeno integracionista, possibilitando assim a expansão e generalização de todo arcabouço teórico em torno da temática. “A terceira fase veio nos anos 1980 e 1990 marcada por diversos fatores: a progressão da CEE em CE, culminando na UE; o florescimento de instituições sub-regionais fora da Europa, como a Asean, o NAFTA e o Mercado Comum do Sul (Mercosul)” (MESQUITA, 2019, p. 7); para além do seu caráter, essa terceira fase contou também com “o

surgimento de grupos transnacionais da sociedade civil e efeitos mais intrusivos da globalização, os quais desafiavam as abordagens estado cêntricas tradicionais sobre integração” (MESQUITA, 2019, p. 7). Na terceira fase do regionalismo foi marcado pela formação da economia global, o que deixou mais evidente a descentralização dos agentes de atuação do sistema internacional, destruindo assim o agente unívoco estatal, e abrindo espaço para os não-estatais.

A aparição de novas tentativas de integração econômica fora do cenário europeu inaugurou o debate sobre “novo regionalismo” (FAWCETT & HURRELL, 1995). Hettne e Söderbaum (2000) apontam os seguintes processos como causadores dessa fase: o fim da bipolaridade e início de uma ordem mais multipolar; o declínio da hegemonia dos EUA e a atitude mais permissiva para com regionalismo nos anos 1990; a erosão do sistema westfaliano e a aceleração da globalização; e a mudança de atitude no Terceiro Mundo e antigos países soviéticos em relação ao neoliberalismo (MESQUITA, 2019, p. 7).

A quarta fase do regionalismo traz consigo novos atores e novas dinâmicas. Com o acentuar de uma consciência regional já disseminada em várias partes do mundo, com o alavancar da globalização em todas as escalas, com a inclusão de novos atores no sistema internacional, quebrando a lógica estado cêntrica hegemônica, possibilitando a balanço de poder com a ascensão de novas potências emergentes. “Tais intenções apontam novas direções para o regionalismo, em que possivelmente se assistirá a uma reafirmação da soberania e do papel estatal em lugar das forças centrífugas até então privilegiadas na compreensão do regionalismo” (HURRELL, 2007, p. 38) Assim como, da aceleração do sentimento de pertença e de resolução dos problemas concretos de regionalização. “Um dos principais elementos de mudança foi a emergência de grandes economias semiperiféricas, cuja sinédoque mais representativa são os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), prenunciando um horizonte mais multipolar para a ordem internacional” (MESQUITA, 2019, p. 7).

Para nos ajudar a compreender o estudo da integração regional e do regionalismo, selecionamos aqui então algumas teorias das relações internacionais que nos auxiliaram em uma maior compreensão destes fenômenos. Hurrell (1995) separa as diferentes teorias disponíveis segundo os níveis de análise: (1) sistêmico; (2) regional; (3) doméstico. “Nesse último caso, estuda-se a identidade como artifício retórico, conformado a partir de construções sociais instrumentais desenvolvidas por elites em sua luta por poder político para racionalizar e legitimar as preferências dos atores” (MARCUSSEN et al. 1999, p. 345). Dito isto, a compreensão do regionalismo deixa de ser meramente política-estratégica, ganhando

assim um entorno social e cultural, permitindo aos indivíduos a construção do sentimento de pertença, e como partes elementares daquele ajuntamento.

Nos proporemos aqui a discutir principalmente a sistêmica, muito por conta do seu impacto no plano estratégico de alguns Estados, a partir das teorias realistas, liberais e a do construtivismo social. A análise em torno destas teorias de um modo geral é de extrema importância para a compreensão do futuro dos assentamentos regionais, pois, as suas ideologias ditam quer a nível político, econômico, social e geoestratégico, o futuro do bloco, como destaca Milward (2000). “A ideologia dominante pode determinar os destinos do bloco, analisa-se algumas questões centrais para que as características da integração sejam definidas. Aqui destacam-se três: o papel do Estado, o caráter do bloco e o papel exercido pela liderança regional” (CALICH, 2018, p. 26)

Para abrir esta discussão, começaremos em primeiro com as teorias realistas. A partir de uma análise conduzida pela área de Relações Internacionais, o realismo é uma corrente teórica que vai se centrar no Estado como ator unitário e racional no sistema internacional. Dentro das grandes linhas de debate, como já destacada aqui, percebeu-se então que esta perspectiva estaria mais ligada com a primeira e a segunda onda regionalista, porém, com o advento de novos atores no sistema internacional houve uma quebra de paradigma no que concerne a centralidade dos Estados como entes unitários da política internacional. “Trata-se de leituras que partem do ângulo externo à região; logo, enfatizam o impacto de fatores sistêmicos na dinâmica regionalista, por exemplo a polaridade do sistema internacional e a atitude dos grandes poderes” (MESQUITA, 2019, p. 9).

Em suma, a perspectiva realista ela a se define em ver o mundo como ele realmente é, baseando-se aqui na visão de Edward Hallett Carr. O realismo ainda permanece se reinventando dentro das estruturas hierárquicas de governança internacional como pressuposto para as constantes atuações e destaques dos Estados nacionais.

Em primeiro lugar, grupos regionais podem se formar em resposta ao hegemom real ou potencial. Por exemplo, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) foi formada originalmente pelos *Frontlines States* que queriam contrabalançar a predominância sul-africana (AMOS, 2010); o Mercosul, por sua vez, cumpriu uma função de balanceamento contra os EUA e o projeto da ALCA (BRICEÑO RUIZ, 2007, p. 27; GALVÃO, 2009, p. 207).

Outro grupo de explicações realistas contempla a chamada Teoria da Estabilidade Hegemônica. “Essa teoria apregoa que a criação de instituições e ordens no sistema internacional tenderão a ter mais êxito se houver um ator consideravelmente mais abastado

em termos de recursos e disposto a arcar com os custos da fundação e manutenção desses institutos” (MESQUITA, 2019, p. 9). Ou seja, a Teoria da Estabilidade Hegemônica acredita que só é possível alcançar a estabilidade mundial mediante regimes de potências hegemônicas. Fato este que já aconteceu no pós-Segunda Guerra e Guerra Fria, que colocava os EUA principalmente, como uma potência hegemônica de liderança internacional. O que acabou gerando muitas controvérsias e consequentemente o aparecimento de novas potências para contrabalancearem o poder. E a importância desta corrente teórica para os estudos da integração regional e do regionalismo, é o fato de que os Estados ainda constituem agentes importantes (não unitários) no Sistema Internacional.

Um segundo grupo de teorias sistêmicas está vinculado ao liberalismo. Sendo quase que um oposto da teoria realista, a teoria liberal é uma corrente político-filosófica que prega e luta pela igualdade, pelos direitos individuais e coletivos, pela proteção da propriedade privada, pelo livre comércio, bem como da “inserção de atores não estatais como agentes de composição do sistema internacional, e contribuiu ainda para o advento da globalização”. Hurrell (1995) entende que a globalização pode agir a favor ou contra o regionalismo. De acordo com Börzel (2016), a globalização é uma das principais forças externas para o regionalismo. “A relação dos diferentes países para com ela, não obstante, varia: países desenvolvidos buscam controlá-la e países em desenvolvimento buscam proteger-se dela, sendo o regionalismo um dos principais expedientes defensivos destes”. (EUZEBIO, 2016, p. 11).

O surgimento da teoria liberal representa um momento de ruptura com a teoria da estabilidade hegemônica; de um lado uma defende a centralidade homogênea no Estado como agente de liderança do sistema internacional, a outro acredita no balanço hegemônico através da criação e inserção de instituições e individualidades como agentes da política internacional. Para os liberais, a mínima participação dos Estados nos assuntos de governança pode dar margens para o respeito das liberdades e da criação de consciências coletivas, tal e qual, a mínima participação do Estado nos assuntos econômicos possibilitaria a liberdade econômica. Do ponto de vista da política regional, a corrente liberal acaba por favorecer o fortalecimento dos assentamentos regionais a partir da expansão da globalização e da sua perspectiva integracionista.

Por último, e não menos importante, temos a teoria do construtivismo social pensada a partir do pressuposto da valoração social como mecanismo e/ou ponto de chegada para o cientificismo. “A proposição construtivista básica é a de que os atores agem em um ambiente ao qual se confere significado em uma dinâmica de construção social, de modo que interesses,

tal como identidades, estão ligados a processos sociológicos de interação” (EUZEBIO, 2016, p. 15). O construtivismo social centra a sua análise a partir das indivíduos, das suas vivências e da sua cultura para se chegar ao que se deseja. “O debate construtivista parte da premissa de que o mundo não é um dado pré-determinado, mas construído a partir da interação entre estruturas e agentes. Nega-se qualquer antecedência ontológica entre a gente e estrutura: um não determina o outro, ambos são constituídos de maneira simbiótica” (EUZEBIO, 2016, p. 15).

Desta maneira, em uma perspectiva construtivista, as identidades que relacionam indivíduos a grupos sociais não são dadas ou percebidas em uma realidade objetiva, mas sim, emergem do mesmo processo através do qual indivíduos e grupos entendem o que são e o que desejam (RISSE-KAPPEN, 2010). Concebendo a realidade como socialmente construída, o construtivismo possibilita tanto a análise da formação e da reprodução das identidades, quanto a do eventual papel que atores políticos, inclusive instituições, podem assumir nessa dinâmica. (EUZEBIO, 2016) p. 15).

O construtivismo social, por sua vez, fundamenta a sua proposta com base na relação causal de interesse que os autores vão tendo, na consolidação dos seus interesses. De acordo a esta perspectiva, os atores que compõem os assentamentos regionais proveem de diferentes realidades e apresentam características diferentes, porém, existe um interesse além dos princípios identitários diferentes que permite com que este princípio se assente dentro da construção dos assentamentos regionais. “Desta maneira, em uma perspectiva construtivista as identidades que relacionam indivíduos a grupos sociais não são dadas ou percebidas em uma realidade objetiva, mas sim, emergem do mesmo processo através do qual indivíduos e grupos entendem o que são e o que desejam” (RISSE-KAPPEN, 2010, p. 322). Ou seja, sem que a necessidade de uma continuidade geográfica ou de compartilhamento de princípios culturais, o regionalismo ele se assenta no interesse que os grupos integracionistas terão como benefício daquela relação, e a partir daí são então construídos os princípios da identidade de pertença caracterizados por diferentes fatores endógenos. Esta característica será de suma importância para a compreensão dos entornos da presente pesquisa e do seu prisma contra hegemônico.

2.1 POSSÍVEIS BENEFÍCIOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL E DO REGIONALISMO

Como já destacado durante a narrativa histórica apresentada no presente capítulo, os benefícios da integração regional e do regionalismo são imensuráveis e vão desde ganhos

econômicos, sociais, culturais, políticos, geoestratégicos etc. A presente pesquisa se dedica a destacar apenas alguns deles, como o crescimento econômico e consolidação da democracia, isso se levarmos em conta as políticas e aspirações de atuação conjunta dos Estados. Mas, dentro de um processo de integração muitos outros fatores se destacam também como: conquistar espaços de autonomia e soberania; uma melhor alocação dos fatores de produção e dos recursos disponíveis; superação de eventuais divergências; melhoria na qualidade dos bens produzidos; solidariedade através de mecanismos financeiros e de políticas comuns; livre circulação das mercadorias; moeda única; diminuição dos custos de produção. A unificação destes elementos constitui-se como os possíveis benefícios da integração e do regionalismo.

Os benefícios da integração podem ainda ser extensivos ao conjunto do sistema econômico de cada país, uma vez que o próprio aumento do volume de transações demanda ajustes em termos institucionais e de infraestrutura. Assim, a integração regional tem sido vista como uma ferramenta adicional de reforço aos processos de reforma interna que buscaram elevar a competitividade das economias em desenvolvimento (GONÇALVES, 2004, p. 117).

O processo de integração regional enquanto um mecanismo político de atuação conjunta é um fator determinante para uma melhor alocação dos fatores de produção que vão determinar o andamento eficiente de toda cadeia estratégica de crescimento econômico. “Um processo de integração regional pode se conformar de distintas maneiras. Alguns blocos têm um viés mais associado a incentivos ao mercado, enquanto outros se inserem em um plano mais voltado ao desenvolvimento conjunto” (CALICH, 2018, p. 26). Esse último constitui o objetivo de maior parte dos países periféricos, que por intermédio deste mecanismo (atuação política conjunta) prevê que o “desenvolvimento econômico tem que ser promovido por interferências políticas” (MYRDAL, 1960, p.73), ou seja, ações políticas e uma ideologia coesa e integrada pode determinar ganhos econômicos em larga escala, exercício do poder de influência e consequentemente os destinos do bloco.

O estabelecimento de um processo de integração regional é certamente o caminho mais seguro para se alcançar uma autonomia diante da balança comercial internacional, o “aumento de investimento em capital fixo e em conhecimento poderiam levar a um aumento da renda, da produtividade e da competitividade” (COUTO, 2013, p. 49), além do que poderia contribuir também para o desenvolvimento dos espaços e territórios do exercício da soberania democrática dos povos. “Desta forma, os processos de formação de blocos regionais podem ser uma ferramenta para a articulação de estratégias de desenvolvimento econômico conjunto, implicando, outrossim, ganhos sociais” (CALICH, 2018, p. 21). Para os Estados cooperantes,

a integração regional, ela constitui um fim em si, um mecanismo de inserção internacional e de promoção do desenvolvimento.

A integração regional, quando em sua forma multidimensional (GUDYNAS & BUONOMO, 2007) – ou seja, englobando tanto aspectos econômicos quanto políticos, estratégicos e sociais-, pode representar uma ferramenta de recuperação do dinamismo econômico para os países envolvidos, além de possibilitar a absorção de economias de escala, sendo uma influência positiva na atração de investimentos e no aumento da eficiência econômica (GONÇALVES, 2004 *apud* CALICH, 2018, p. 26).

A integração regional tem como finalidade reforçar aos Estados, a importância de trabalhar em equipe e somar as forças existentes para conquistar resultados satisfatórios, o crescimento do bloco, conseqüentemente, dos países neles envolvidos. “Os processos de integração regional podem se dar de maneira muito distintas a depender de como foi composto e quais interesses predominaram na sua conformação” (CALICH, 2018, p. 28), e para a presente pesquisa foram definidas duas categorias que se destacam como possíveis benefícios da integração regional e do regionalismo, são elas: alternativas regionais de atuação política conjunta, que objetiva a construção de metanarrativas comum inerentes aos anseios de uma política integracionista, com fundamento na materialização de seus objetivos para a quebra de estigmas e das assimetrias riqueza de pobreza instituídas no cenário internacional.

Por outro lado, temos o crescimento econômico e a consolidação da democracia. Estas duas últimas estão em constante diálogo com o que os Estados objetivam enquanto benefícios de uma atuação conjunta, dessa forma, “o Estado ganha papel central para entender a dinâmica do bloco integracionista, assim como a direção e o arcabouço do mesmo irão depender dos Estados nele envolvidos” (CALICH, 2018, p. 27). Além do que, “o Estado também seria responsável por promover uma política de desenvolvimento que tente assegurar a alta rentabilidade dos investimentos” (MYRDAL, 1960, p. 73).

Os Estados como destacados acima constituem a entidade responsável (não única) por todo o processo de implementação e consolidação de um assentamento regional. E como sigo, carrega-se também uma ideologia dominante como metodologia a ser seguida, e que poderá de certa forma definir o rumo do bloco. “Como mencionado, o estreitamento da cooperação política é um dos objetivos mais marcantes e relevantes de um processo de integração regional [...] é válido ressaltar que a integração econômica e política são partes integrantes de um mesmo caminho” (CALICH, 2018, pp. 29 – 37), o da busca por uma autonomia com relação aos centros hegemônicos. “Há, portanto, a necessidade de enquadrar a estratégia de

integração regional em uma estratégia mais ampla de desenvolvimento nacional- por este motivo o Estado tem papel central” (CALICH, 2018, p. 27).

Ressalta-se aqui mais uma vez que para a materialização de toda e qualquer iniciativa política conjunta de superação de qualquer assimetria e/ou dependência, a boa vontade política, a coesão e pacifismo são aqui chamados para mediar estes interesses, que se poderão levar a cabo por intermédio dos Estados envolvidos.

Por intermédio da maximização dos seus interesses, os Estados cooperantes poderão definir o caráter do bloco de acordo aos seus interesses políticos. “O caráter do bloco depende, primeiramente, dos interesses políticos vigentes quando foi formado. Isso pode implicar, por exemplo, que um bloco tenha um viés mais pró-mercado ou mais pró-desenvolvimento” (CALICH, 2018, p. 29).

E no caso destinado aqui para análise, cinge-se mesclando os dois fatores, porém, com mais preponderância para o desenvolvimento. Importante ressaltar que dentro de todo esse arcabouço o objetivo da instrumentalização da integração regional, destacam-se também a importância da industrialização como um fim a se alcançar, isso se olharmos para a marginalização que os países do Sul têm enfrentado. Por outro lado, destaca-se também o papel da geopolítica dos Estados como fator condicionante para a instrumentalização de um assentamento regional.

A geopolítica ou geoestratégia é de extrema importância para o entendimento de todo o planejamento estratégico e do formar das alianças. Outra característica importante a se destacar é a contribuição da integração para a estabilidade regional, principalmente em algumas regiões africanas e asiáticas. Estas categorias mencionadas aqui constituem parte dos objetivos e instrumentalização da integração regional.

3 POR UM REGIONALISMO AFRICANO?

O presente trabalho pretende como descrito até aqui pautar a sua análise em cima da compreensão dos fenômenos do regionalismo a partir de uma perspectiva africana, da regionalização e da integração regional, categorias estas que tem sido a pedra angular dos debates acadêmicos e políticos, criando uma dicotomia entre os vários centros de produção de conhecimento.

A pesquisa em questão pretende se afastar da visão pregada pelos grandes centros hegemônicos euro-norte-ocidentais, centrando todo o debate sobre integração sob outro

prisma, fora daquele que tem se perpetrado como padrão. A escolha por esta categoria deveu-se primeiramente à seleção de um contexto periférico como categoria de análise objetiva da presente pesquisa; em segundo lugar, porque a categoria selecionada representa uma quebra da hegemonia literária/acadêmica ocidental, além de oferecer um método de análise da integração socioeconômica vigente na ideologia regionalista e continentalista do panafricanismo, que vai além da compreensão do modelo Ocidental e da UE

A ideia de compreensão dos fenômenos integracionistas a partir dos moldes africanos nos remete ao período pré-colonial em África, quando ele era composto de cidades independentes, reinos, principados e impérios, todos eles assentes em suas características míopes de compreensão dos fenômenos como cooperação, integração e soberania. “As integrações resultam de uma ideologia centenária, própria dos africanos: o panafricanismo, movimento que visa agrupar o conjunto dos povos africanos numa única nação” (DIALLO, 2005, p. 8).

Apesar de não possuir nenhuma característica de homogeneidade, o princípio da busca de uma unificação sempre fez parte dos ideais africanos de agrupamento. “A organização interafricana de cooperação tem a sua origem na luta anticolonial, a organização pan-africana não prevê estratégia específica própria para assegurar o desenvolvimento econômico do continente africano” (DIALLO, 2005, p. 8). Diallo apresenta aqui elementos causais da formação e/ou construção da identidade africana de integração, sendo que ela precede aos moldes dos debates teóricos tradicionais.

Os debates teóricos acerca do regionalismo e da integração regional despontam do Ocidente e do seu *mainstream* hegemônico, porém, os fenômenos ou práticas aqui teorizadas não precedem a essa origem, visto que em muitas regiões da África pré-colonial sempre foi padrão ações voltadas a práticas de atuação política conjunta, o que nos dá novos informes para a compreensão do fenômeno integracionista nestas regiões, para além do perpetuado como padrão. “Apesar de não ser cultural e politicamente homogênea, havia uma série de características comuns que ainda hoje diferenciam-se de forma destacada dos padrões ocidentais” (ELIAS, 1998, p. 9). “De fato, na África, a criação das comunidades regionais é largamente anterior às políticas públicas internacionais” (DIALLO, 2005, p. 8), uma prática muito vigente nos assentamentos regionais da época pré-colonial.

3.1 A ÁFRICA PRÉ-COLONIAL

Para o contexto pesquisado importa referenciar que discutir esses conceitos é importante para a compreensão do regionalismo africano e da sua forma de organização social pré-colonial. “Após a Guerra Fria o regionalismo mudou de paradigma, como reação à globalização ou à proteção de espaços territoriais, mas não deixou de ser um tema recorrente na ordem mundial (BATISTA, 2013, p. 3).

Destarte, ao advento da globalização, a conceituação sobre este fenômeno começou a ganhar novos entornos, mas sempre espelhando a realidade euro-norte-ocidental. “Contudo, o que torna o regionalismo um fórum de debate é a forma e o modelo que vão assumindo em cada construção regional” (BATISTA, 2013, p. 3). Os acordos regionais obedecem a variações diferentes, isso se levarmos em conta as disparidades regionais de cada lugar, dado que a conceituação dele deveria passar pela preservação de tais individualidades.

De fato, a perspectiva ocidental viveu o seu auge com o advento da globalização e da sociedade europeia do aço e do carvão. Portanto, para a compreensão da experiência africana é importante compreendermos que “a história da África não começa com as descobertas e a colonização. Ela é fortemente contrastante segundo as regiões” (HUGON, 2009, p. 19), e largamente anterior às experiências ocidentais.

A África pré-colonial desde sempre foi caracterizada pelos agrupamentos culturais, das trocas comerciais e dos vários reinos e principados que em si constituíam zonas de confluências estratégicas. “A história de longa duração pré-colonial e colonial mostra alternadamente as permanências e as rupturas das sociedades africanas no plano dos valores e das representações” (HUGON, 2009, p. 19), e essas formas de organizações sociais durante muito tempo foram deslocadas da história africana “A ausência de documentos escritos torna sua reconstituição muito fragmentária” (HUGON, 2009, p. 19).

Durante muito tempo, esses reinos e principados tinham bases e traços comuns, as formas de organização social, política, cultural, econômica, religiosa e linguística, não que obedecesse a uma unanimidade, visto que desde sempre estes reinos e principados possuíam realidades díspares e não homogêneas, porém, a inexistência de fronteiras pré-definidas e as características comuns entre os vários assentamentos regionais facilitariam as confluências dos ideais. “Os Estados pré-coloniais não tinham fronteiras. Somente espaços-tampão ou margens de segurança separavam os grandes impérios” (HUGON, 2009, p. 20). As integrações se davam de forma regional e sub-regional, fundamentalmente acopladas pelas proximidades geográficas e linguísticas. “Essas integrações regionais perseguem os mesmos

objetivos e, notadamente, a coordenação dos programas e políticas para favorecer o crescimento econômico e o desenvolvimento” (DIALLO, 2005, p. 8).

As sociedades imperiais africanas organizavam-se segundo um laço de pertencimento ético-cognitivo, segundo um senso ideal comunitário de pertença, no respeito das individualidades e principalmente da coletividade, dos líderes tradicionais e dos direitos étnicos-culturais. Para a compreensão de tal fenômeno, é importante referenciar ao que se remete o termo império. “O termo usual de império remete de fato às áreas de expansão de grupos étnicos mais do que à organização de um espaço político controlado por um *imperium*”. (HUGON, 2009, p. 20). Ou seja, a compreensão do reino aqui discutido retrata a as formas de organizações políticas, culturais, econômicas, religiosas, linguísticas etc., de organização social, grupal, coletiva. “Os grandes impérios da África ocidental (Gana no século XI, Mali no século XIV, Songai e Bornu no século XVI) tinham uma organização política apoiada no comércio com o mundo árabe” (HUGON, 2009, p. 20).

Esses países, não tinham uma fronteira fixa, ou seja, eram povos notadamente nômades, mas que, fundamentavam os seus ideais integracionistas em um desenvolvimento coletivo político. “Outros impérios tinham uma base econômica mais apoiada num tributo (Estado Wolof no Senegal, comunidades hauçá na Nigéria e merina em Madagascar)” (HUGON, 2009, p. 20). Destacam-se entre outros, o reino Axun, representada pelas suas grandes transações comerciais, o reino Kush, o reino do Congo, que se destacavam pela agricultura e pela pesca etc.

Como discorrido até aqui e em linhas gerais, percebe-se que a experiência africana de integração regional precede a qualquer outro processo imposto de forma unânime como processo homogêneo e modelo a ser seguido. As experiências dos vários reinos e assentamentos regionais em África sempre se deram de forma integrada e não limitada. “Na África, a fronteira precede o Estado, e ele próprio precede a nação”. (HUGON, 2009, p. 20). Ou seja, as pessoas se uniam mesmo não tendo um território próprio delimitado, uma língua única, apenas segundo as suas vontades e concepções, tais como: o trabalho em grupo, o compartilhamento das necessidades e interesses, a escolha de uma liderança por intermédio das representações simbólicas, e o nomadismo. “A África tem uma história política muito rica; experimentou todas as formas de organizações sociais e políticas, desde modelos fortemente centralizados até sociedades segmentárias”. (HUGON, 2009, pp. 19-20). Com vários níveis hierárquicos como pressupostos político-cultural e comunitário para organização da própria sociedade.

Os reinos africanos começaram a ver as práticas a se esvaírem a partir do expansionismo ocidental e do choque das civilizações, com a imposição de um modo de vida diferente, e a delimitação de fronteiras que anteriormente eram inexistentes. Os europeus trouxeram uma colonização mais impactante que devastou o continente chegando a traficar humanos, o que fragilizou moralmente a África e os africanos.

O impacto cultural e político do tráfico negreiro é essencial para entendermos o atual estado do continente, a devastação dos vários reinos, quebra de princípios e costumes, e a imposição de uma vivência exógena. Para além disso, a ideia da partilha de África (na Conferência de Berlim em 1884/1885) provocou separação de povos, de culturas, de etnias, de línguas e de tradições. “A memória do tráfico saariano, oriental e atlântico continua presente entre os descendentes dos antigos cativos, como os iorubás em Benin, e muitos dos antagonismos e vinganças contra as humilhações sofridas têm sua origem nessa história”. (HUGON, 2009, p. 20).

A colonização direta teve uma influência muito grande na desvirtuação dos ideais africanos, na quebra dos moldes sociais e culturais que evidenciava e definia os reinos e assentamentos africanos. Porém, apesar desta invasão, nem tudo se perdeu, pois em vários países africanos ainda prevalece a lógica do comunitarismo como conceito primordial para a formação das organizações regionais, o que será desenvolvido nos tópicos a seguir.

3.2 O PANAFRICANISMO E A INTEGRAÇÃO REGIONAL

A quase totalidade dos países africanos está engajada em processos de integração regional, e tal iniciativa como já destacados em pontos anteriores precedem as iniciativas euro-norte-ocidentais do processo integracionista. Outro aspecto importante para se levar em conta no processo de teorização e compreensão do processo integracionista africano é o panafricanismo, movimento este caracterizado pelo princípio da unificação de todos os povos de África e da diáspora africana. A ideologia panafricanista irá atuar também como um projeto político-cultural pressupondo a criação de instituições que pudessem levar a cabo a construção de uma identidade e das estruturas institucionais dos países que a compunham.

A teoria panafricanista foi desenvolvida principalmente por intelectuais de tradição ocidental, da diáspora americana que debatiam sobre a subalternização dos negros nas sociedades americanas e por pessoas nascidas na África e que debatiam o colonialismo externo. Dentre estes intelectuais destacam-se: William Edward Burghardt Du Bois e Marcus

Mosiah Garvey, Booker T. Washington, Silvester Williams, Alexander Crummel, entre outros.

Inicialmente, o panafricanismo propunha a unidade política de toda a África e o reagrupamento das diferentes etnias, bem como da defesa dos direitos dos povos africanos, ecoando no princípio da unidade africana. “O movimento pan-africanista conheceu uma nítida inflexão em suas atividades na América e na Europa após a realização do Congresso Pan-Africano de Nova Iorque, no ano 1927” (HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010, p. 852). O Congresso Panafricano de Nova Iorque marca o início da mobilização organizada das intelectualidades africanas e afro-diaspóricas no debate das questões enfrentadas pelo continente africano, fruto da colonização.

Contudo nos anos 1930, ele reagiu vigorosamente a agressão da Itália contra a Etiópia (1935-1941) e a ascensão do fascismo na Europa. Esta reação manifesta, especialmente na Europa e na América, conduziu a um aprofundamento da doutrina e a uma ampliação das atividades, as quais se expressariam durante o Congresso Pan-Africano de Manchester, em 1945, e contribuiriam para a derrubada do sistema colonial e para a conquista das independências, nos anos 1950 e 1960. (HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010, p. 852).

Os ideários panafricanistas começam então a ganhar forças a partir do Congresso de Nova Iorque, e após esse período foram surgindo vários outros congressos, de igual modo enfatizando a emancipação dos países africanos do jugo colonial, e bem como da unificação dos povos africanos nativos e diaspóricos. Após o século XX o panafricanismo começou a ganhar outros entornos, muitos deles ressaltados no congresso de Manchester (1945).

Esse novo contorno proclamado pelos ideólogos panafricanistas enfatizava a questão da liberdade e da unificação, por um lado, e por outro lado, o movimento se pretendia em atuar como uma corrente político-ideológica, contrapondo ao modelo político hegemônico no cenário internacional. “Os primórdios do pan-africanismo, definido como um “movimento político e cultural que considera a África, os africanos e os descendentes de africanos de além-fronteiras como um único conjunto”. (HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010, p. 873). Ao mesmo tempo em que o movimento advoga uma unificação do continente africano, ele também foi essencial para a formação de blocos regionais, pelas lutas das independências e pelo resgate da autoestima e das culturas africanas.

O objetivo da corrente panafricana “consiste também em regenerar e unificar a África, assim como incentivar um sentimento de solidariedade entre as populações do mundo africano”. (HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010, p. 873). O panafricanismo vive vários fluxos e refluxos, e viu o seu apogeu começando em 1920 no Congresso Britânico, vendo o seu

refluxo com o apogeu colonial, porém, o movimento vem e tem passado por vários momentos de reestruturação e readaptação. Porém, “dois aspectos característicos deste movimento após 1935, todavia, não foram abordados, o panafricanismo como força de integração e o panafricanismo como um movimento de libertação”. (HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010, p. 873). O panafricanismo enquanto um movimento político filosófico, cultural etc., o panafricanismo se dá em torno destes dois aspectos importantes, enquanto um movimento de libertação, e como uma força de integração político-econômica. Sendo esta última o ponto central da presente análise.

Na qualidade de força de integração visando a unidade ou a cooperação política, cultural e econômica na África, o pan-africanismo conhece três fases distintas: a fase colonial, de 1935 a 1957; a fase da independência, como movimento de libertação; e uma terceira fase iniciada nos anos 1970, no curso da qual, o panafricanismo como força de integração foi sobremaneira reforçado pelas espetaculares mudanças ocorridas na economia mundial e pelas pesadas repercussões destas mudanças nas economias africanas.(HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010, p. 873).

Do ponto de vista integracionista, o panafricanismo é compreendido como o baluarte dos vários processos de integração regional surgidos no continente. A perspectiva integracionista do panafricanismo enfatizava a unificação dos Estados, a libertação do jugo colonial, e a criação de instituições político-econômica fortes e que contemplassem a realidade negro-africana. “O pan-africanismo, como movimento de integração, conheceu um belo impulso nos anos 1920, as quais conduziram, especialmente, a formação da British West African University, da West African Press Union e da British West African Cooperative Association”. (HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010, p. 874).

Este movimento, despertou a vontade dos líderes africanos lá presentes, na criação de uma entidade supranacional que pudesse representar os interesses dos povos do continente bem como da diáspora africana na esfera internacional. Porém, “ele perdeu o seu poder de atração ao longo dos anos 1930 e 1940, décadas características do apogeu colonial na África”. (HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010, p. 874). O auge da colonização africana acabou por frustrar e postergar a concretização dos ideais panafricanistas de integração, que procurou outros entornos para sobreviver face às dificuldades impostas pela colonização.

Nos anos 1940, Kwame Nkrumah e George Padmore, em Londres e o senegalês Alioune Diop conferiram-lhe certo vigor. A partir de 1942, ele defendia que todas as colônias da África Ocidental “deveriam antes unir-se e formar uma entidade nacional, totalmente livre do jugo estrangeiro, previamente a ser-lhes possível implantar, de fato e em larga escala, uma cooperação internacional”. (K. NKUMAH, 1962, p. 33, *apud* HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010, p. 875).

Vivendo a sua primeira grande inflexão forçada, o movimento que se via próspero e frutífero começa a derrapar. Começava a se questionar a efetividade da corrente integracionista do panafricanismo. África se encontrava numa situação de subordinação, caracterizado pela quebra das suas estruturas. Porém, apesar desse momento de inflexão, “foi justamente o ano 1947 que marcou o nascimento da *Presence africaine* movimento cultural que retomava as grandes ideias dos apóstolos do panafricanismo e do Primeiro Congresso panafricano” (HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010, p. 874).

A *Presence africaine* enquanto movimento cultura teve uma grande influência no reacender das aspirações pregadas pelos líderes africanos, de tal modo, ela também auxilia de forma direta na luta pela descolonização e do nascimento do movimento da negritude. “Para os militantes da *Presence africane* tratava-se de provar que o florescimento da cultura negra era inconcebível em um contexto de independência política e, que os negros deveriam se unir e se mostrar solidários na luta”. (HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010, p. 874). Foi assim então que ideais panafricanistas começaram a ganhar forças na diáspora, e que virá a se efetivar após a independência dos primeiros Estados africanos.

A despeito dos esforços integracionistas empreendidos no transcorrer dos anos 1930 e 1940, não houve resultado algum antes de 1957. Justamente nesta data, com a conquista da independência de Gana, sob a energia conduzida de Nkrumah, somente então o pan-africanismo, como movimento de integração, realmente definiu os seus objetivos e encontrou a sua dinâmica. (HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010, p. 874).

Apesar de já contar com alguns países independentes, tais como Libéria que alcançou a sua independência em 1847, e a Etiópia que já era independente desde a antiguidade, visto que foi formada para servir como lugar para os ex-escravos americanos na tentativa de criar um espaço em que se pudessem sentir-se mais representados. Em 1910 teve a independência da África do Sul, que apesar da continua presença britânica naquele território, teoricamente o colonialismo nesse país finda nesse período. Em 1956 tivemos a independência do Sudão, e em 1957 a independência do Gana, na pessoa de Kwame Nkrumah, este que coordenou de forma efetiva o regionalismo panafricanista. “Na ocasião, era certamente Nkrumah quem mostrava o caminho. A sua primeira iniciativa foi constituir a união Gana-Guine (1958) e a união Gana-Guine-Mali, primeira etapa rumo a “União dos Estados Africanos”. (HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010, p. 874).

Apesar de alguns terem conhecido a independência antes, outro nem por isso precisou passar, como no caso da Libéria que desde sempre foi um território independente, e o que

estes países têm de diferente com Gana é uma figura política-intelectual de tal impacto que representasse os seus anseios na arena intra e extracontinental. “A segunda foi organizar a Conferência dos Estados Independentes, sediada em Accra, em abril de 1958, não mais que um ano após a independência de Gana”. (HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010, p. 874).

Kwame Nkrumah se apresentava então como esse ideólogo, pregando a emancipação total e completa de África e dos africanos. Como um dos pilares do movimento panafricanista, o propósito de Nkrumah com a segunda Conferência dos Estados Independentes de África era de encorajar ainda mais a busca pela identidade negra africana da unidade, que estava se esvaindo com a colonização e com a imposição de regimes escravagistas, além de que este encontro serviu também para carimbar a luta contra o colonialismo, bem como a independência total e completa dos Estados africanos. A partir daqui começava-se então a enxergar também o panafricanismo como um movimento de integração regional, que, na “época, tratava-se de alcançar a integração política, cultural e econômica, em níveis regional, continental e extrarregional (em outras palavras, África e Comunidade Econômica Europeia)”. (HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010, p. 874).

Graças à segunda Conferência dos Estados Independentes na qual “participaram todos os Estados independentes da África de então, a saber, Egito, Etiópia, Gana, Libéria, Líbia, Marrocos, Sudão e a Tunísia. Ela foi sucedida pela Conferência dos Povos Africanos, igualmente organizada em Accra, no ano de 1958” (HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010, p. 874), que deu forças à corrente integracionista do panafricanismo que pregava a constituição de um mercado comum, a união entre os territórios africanos na luta contra o colonialismo, o que resultou no nascimento de movimentos independentistas que buscavam junto das antigas colônias a negociação das independências. Em um cenário em que a Europa vive sob algumas inflexões geomilitares, os líderes africanos aproveitaram para reforçar as suas aspirações em Bandung, na Indonésia, naquela que vira a ser a primeira grande reunião que uniria os países do então chamado Terceiro Mundo, ponto este que será desenvolvido mais à frente.

A primeira conferência de 1948, por exemplo, clamava pela eliminação das barreiras aduaneiras e de outros entraves ao comércio dos Estados africanos entre si, assim como pela conclusão de acordos de pagamento multilaterais com o intuito de desenvolver as trocas econômicas e lutar pela criação de um mercado comum. Foi justamente para reforçar este aspecto econômico, que foi criada, em 1958, a Comissão Econômica para a África da ONU (CEA). (HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010, p. 874).

Criada em 1958, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (CEA), a primeira grande experiência de organização regional a nível continental, e não só, “cuja

missão consistia em acelerar o desenvolvimento econômico e social do continente africano, efetuar estudos e levantar informações sobre a conjuntura regional para o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas” (KOUASSI, 2010, p. 1076).

A organização representava de forma efetiva a mobilização que os líderes africanos se debatiam tendo uma forte influência do panafricanismo. Sobre a direção da ONU, a CEA se dispunha em integrar os países africanos rumo ao desenvolvimento político, econômico e social dos países do continente. A comissão Econômica das Nações Unidas para a África (CEA) serviu também de inspiração para o nascimento de outros blocos de integração regional que existem hoje no continente. Apesar do controle desta organização passar pelas mãos da ONU, o que provou que os líderes africanos que idealizaram este programa não queriam se fechar para o mundo, porém, o desejo de constituir uma África ainda se mantinha vivo, sobretudo nos posicionamentos de Nkrumah.

Nkrumah era o campeão neste aspecto, defendendo com ardor e paixão indomáveis a unidade africana e a criação de um mercado comum pan-africano. Aos seus olhos, unidade e mercado comum constituíam um pré-requisito indispensável ao rápido e total desenvolvimento, não somente do continente em sua totalidade, mas igualmente dos Estados independentes associados no seio da união. (HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010, p. 874).

A Comunidade Econômica das Nações Unidas para África reacendeu os ideais panafricanistas de “realizar o governo dos africanos pelos africanos e para os africanos, respeitando as minorias raciais e religiosas que desejam viver na África com a maioria negra.” (PADMORE, 1961, p. 27). Como um dos pilares dessa prerrogativa destaca-se Kwame Nkrumah e o seu altruísmo na defesa da unidade africana, e na capacidade africana para a resolução dos seus próprios conflitos, o que faz jus à fala de Padmore em 1945, quando ele afirma que: “resolvemos ser livres [...] Povos colonizados e subjugados do mundo, uni-vos” (PADMORE, 1961, p. 27).

Essa liberdade a que se fala é pregada de forma total e completa, o que contemplaria a independência de todos os Estados africanos ainda colonizados na época, a emancipação política, econômica, ideológica, epistemológica e cognitiva. Porém, apesar de ela originar os outros vários processos de integração regional vigente em África, em um ambiente ainda hostil, a CEA encontrou dificuldades para se efetivar dentro das estruturas africanas visto que os países que nele pertenciam, muitos ainda estavam sob o jugo colonial, o que inferiu diretamente no insucesso do primeiro momento do mecanismo. Assim como Nkrumah, destacam-se também outros precursores do panafricanismo e futuros líderes da África

independente: Jomo Kenyatta (Quênia), Peter Abrahams (África do Sul), Hailé Sellasié (Etiópia), Nhamdi Azikiwe (Nigéria), Julius Nyerere (Tanzânia), Kenneth Kaunda (Zâmbia), entre outros.

A perspectiva integracionista do panafricanismo permitia aos seus idealizadores buscar uma autonomia das suas estruturas político-econômicas, buscava-se também uma insubordinação ou independência do Ocidente, bem como uma inserção no Sistema Internacional. Porém, apesar de todas essas iniciativas, especialmente com o advento do CEA, que vai acender ainda mais esse espírito da unidade africana, isso não obedecia a uma unanimidade visto que as potências euro-norte-ocidentais com o alavancar da Guerra Fria influenciaram e/ou condicionaram os rumos que os países recém-independentes tomariam. “Os dirigentes africanos dividiram-se horizontalmente em dois blocos, um deles pró-ocidental e o outro pró-socialista, bem como verticalmente, em revolucionários, progressistas, reacionários, capitalistas, socialistas, tradicionalistas e moderados”. (HARRIS, ZEGHIDOUR, 2010, p. 874).

A partir daqui começou-se então a viver mais uma onda de refluxo dos ideais do panafricanismo integracionista. “Os dirigentes africanos começaram, portanto, a situarem-se em campos opostos, particularmente em respeito a questão do futuro da dimensão integracionista do movimento panafricano. (HARRIS, ZEGHIDOUR, 2010, p. 876).

A Guerra Fria e a ascensão da bipolaridade vão olhar para o continente africano como uma área de exercício de influências, impedindo e/ou dificultando qualquer processo ou tentativa de unificação de África. A ascensão da bipolaridade vai surgir como um grande desafio para os países africanos e as suas aspirações, criando zonas de influências direta e disseminação de situações de vulnerabilidade. O sexto e sétimo congresso panafricano ainda vai servir para tentar intensificar a luta colonial e a conquista das independências, porém, na conjuntura bipolar que o mundo se debatia, o conflito Leste e Oeste vai dar origem a duas formas do panafricanismo: a maximalista e a minimalista. Essa diversidade ideológica acabou por criar dois grupos distintos, que de forma indireta e diferentes mecanismos, preconizavam alcançar os mesmos objetos. Esses grupos eram denominados como: Grupo de Monróvia e Grupo de Casablanca. “Em janeiro de 1961, o “grupo de Casablanca (Gana, Egito, Marrocos, Tunísia, Etiópia, Líbia, Sudão, Guiné-Conacry, Mali e o Governo Provisório da República da Argélia) se aliará à Nkrumah” (MELONE, 1972, p. 117).

Em um momento de ascensão, sobretudo após a conquista das independências de mais de 18 colônias na década de 60, de modo que 1960 ficaria conhecido como o ano de África, o Grupo Casablanca encabeçado sobretudo por Nkrumah, contando com o apoio direto da

URSS e da China e de forma indireta dos EUA que pretendiam expandir a sua zona de influência para maior parte dos países recém-independentes, apresentavam um projeto político bastante ambicioso que pretendia unificar os países africanos a uma única entidade que os representasse, criando assim os Estados Unidos de África. “De modo geral, o Grupo de Casablanca era favorável a uma forte união política, inspirando-se nos Estados Unidos da África, conclamados por Nkrumah”. (HARRIS, ZEGHIDOUR, 2010, p. 876).

O Grupo Casablanca se apresentava como uma união estritamente panafricana, que pregava o não-alinhamento a qualquer bloco euro-norte-ocidental e a não intervenção nos assuntos internos de outros países. O Grupo Casablanca preconizava a adoção dos princípios da descolonização, reunindo nele grandes líderes e dirigentes africanos, “militantes do pan-africanismo, do socialismo e do não alinhamento, preconizando uma planificação e um centralizado desenvolvimento econômico, um sistema de defesa e de segurança em esfera continental, além de defender a reestabelecimento da honra da cultura africana. (HARRIS, ZEGHIDOUR, 2010, p. 876).

A perspectiva defendida pelo Grupo Casablanca nunca representou unanimidade visto que “em 1961, Gana, Guiné Egito, Mali, Marrocos, Líbia e o governo argelino no exílio constituíram o Grupo de Casablanca” (HARRIS, ZEGHIDOUR, 2010, p. 876), com o viés de fundar uma organização intergovernamental e formar uma união política que prescrevesse o futuro da África e do pan-africanismo, se assentando no princípio da unificação dos povos ou da criação de uma federação política africana que pudesse representar os interesses de África e dos africanos em escala internacional, permitindo desta forma que o continente derrotasse o colonialismo, promovesse o desenvolvimento econômico dos países em escala continental, “o alcance da paz e a promoção do diálogo cultural, e ao passo que outras antigas colônias francesas, acompanhadas da Nigéria, da Etiópia, da Libéria e de Serra Leoa, formavam o Grupo de Monróvia” (HARRIS, ZEGHIDOUR, 2010, p. 876).

O Grupo de Monróvia acreditava em questões como igualdade absoluta dos Estados, não ingerência nos assuntos internos de outros Estados, na coexistência mútua, cooperativa, harmônica integracionista, e sem necessidade da criação de uma federação política, que para si incorreria contra a soberania dos Estados. “O Grupo de Monróvia, por sua vez, era favorável a uma confederação “maleável” de Estados africanos, soberanos e independentes, que favorecesse uma participação e uma cooperação voluntarias no âmbito dos intercâmbios culturais e da interação econômica” (HARRIS, ZEGHIDOUR, 2010, p. 877).

Os líderes que compunham o grupo de Monróvia enfatizavam a importância da defesa da soberania de cada Estado, acreditando que a ideia defendida pelo grupo Casablanca criaria

laços de subversão, o que incorreria contra a formação da identidade nacional de cada Estado. Seus líderes promoveram os nacionalismos, o fortalecimento das estruturas políticas, culturais e sociais, acreditavam na capacidade dos Estados de se autogovernar, e de criar mecanismos de governança cooperativa para além da integração política.

Tanto o Grupo de Monróvia quanto o de Casablanca “estavam incumbidos de formular diversas propostas, com vistas à criação de um mercado comum africano, de um sistema de pagamentos continental e unificado, assim como de um banco africano de desenvolvimento econômico. (ADEDEJI, 2010, p. 490). Os princípios ideológicos defendidos por ambos eram conflitantes, visto que um inferia no princípio que outro defendia, criando assim um caos “total” e dificultando qualquer tentativa de integração política continental.

Foi então que, em 1962, os dois grupos se uniram para criar uma organização formal de âmbito continental. “Graças aos incessantes esforços do Grupo de Casablanca, especialmente empreendidos por Nkrumah, mas também por Sekou Touré e Modibo Keita, bem como graças ao apoio do imperador da Etiópia, Haile Selassie (HARRIS, ZEGHIDOUR, 2010, p. 877), eliminando as divergências existentes entre os dois principais grupos, Monróvia e Casablanca, “uma conferência de cúpula dos Estados africanos independentes foi organizada em Adis-Abeba, no ano de 1963, para colocar um ponto final às dissensões, unir os dirigentes e criar uma estrutura pan-africana comum (HARRIS, ZEGHIDOUR, 2010, p. 877).

Em uma época em que o mundo se debatia com várias transformações seja de cunho político, ideológico, econômico ou geopolítico, sobretudo com a influência capitalista e socialista da Guerra Fria que pelo seu teor expansionista acabavam por criar zonas de influências nesses países. Os líderes africanos se esbarravam então na controvérsia existente entre si, visto que as duas alas aqui apresentadas tinham interesses distintos, o que acabou por inviabilizar e/ou dificultar toda e qualquer iniciativa política de integração regional.

O princípio da unificação nunca foi unanime, pois, ele teve as suas ramificações, os líderes africanos encontravam dificuldades para impor as suas estratégias dadas ao choque existente entre Monróvia a Casablanca. “Após múltiplas propostas e contrapropostas, bom número de reuniões de comissões e intensa negociação bilateral, trinta dirigentes africanos, chefes de Estado ou de governo em países independentes(HARRIS, ZEGHIDOUR, 2010, p. 877) decidiram conjuntamente em Adis-Abeba colocar um fim às suas diferenças ideológicas, e criar um mecanismo político continental que representasse a África e os africanos em escala internacional, e criasse mecanismos de desenvolvimento e fortalecimento das economias locais, foi assim então que: “assinaram, em 25 de maio de 1963, a Carta Manifesto pela

Unidade Africana, criando a Organização pela Unidade Africana (OUA)(HARRIS, ZEGHIDOUR, 2010, p. 877).

A Carta Manifesto assinada pelos líderes africanos em maio de 1963 vai colocar um fim às divergências existentes naquela época com a criação da OUA, uma organização que representa os princípios panafricanistas da integração, da unificação, da solidariedade entre os povos, que vai favorecer a cooperação interafricana, o alcance da paz, a consolidação das independências dos países ainda refém do jugo colonial. Nasceria uma organização genuinamente panafricana que visa reacender o despertar de um novo porvir, ou seja, a Organização da Unidade Africana foi cunhada segundo um princípio míope de unidade, as suas raízes estão nas causas africanas da emancipação, da reconstrução do homem negro, do resgate da identidade nacional, o que nos leva a diferenciar de outros processos de integração regional, visto que o interacionismo africano como aqui descrito até então, obedece a categorias políticas, culturais, ideológicas e cognitivas distintas, como veremos mais adiante.

4 AVALIANDO OS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL EM ÁFRICA

4.1 DA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA À UNIÃO AFRICANA

Após inúmeras tentativas fracassadas, o esforço conjunto de fundar uma organização que unificasse os interesses continentais, finalmente surgia o tratado constituinte da Organização da Unidade Africana, uma organização que previa a unificação dos povos de África e dos assuntos africanos, numa altura em que o mundo se debatia com diversas transformações que caminhava para o fim da Guerra Fria e a ascensão da globalização. Essas transformações ocasionaram também diversas alternativas para os países africanos recém-independentes na busca por novas estratégias de inserção internacional. Dado ao fraco ímpeto desses países se imporem individualmente como global players, via-se então na OUA um mecanismo para enfrentar a colonização, o neocolonialismo, a dependência externa e a representação dos Estados africanos nos assuntos internacionais.

Criada em maio de 1963 em Addis Abeba, Etiópia, por iniciativa de vários líderes africanos, com destaques para Nkrumah, Aimé Cesaire, Sekou. Toure, Amal. Nasser, do Imperador etíope Hailé Selassié entre outros, “as origens da criação de um organismo unitário no continente remetem aos ideais do pan-africanismo, que impulsionaram os movimentos de libertação do colonialismo principalmente a partir do pós-guerra” (DIALLO, 2005, p. 10) que

vai criar uma conjuntura de solidariedade entre os povos de ajuda mútua. Após a Segunda Guerra Mundial a situação política no continente africano mudou consideravelmente, haja vista a aquisição da independência de seus Estados, processo ocorrido sobretudo durante as décadas de 60 e 70” (DIALLO, 2005, p. 10). A nova conjuntura política mundial vai impactar diretamente nos rumos que os nossos países recém-independentes tomaria. Após a independência dos primeiros países africanos, sobretudo Gana e Guiné, que começou a se ensaiar um projeto político que unificasse as causas dos africanos.

Ao mesmo tempo em que as independências criavam um ambiente frutífero para o surgimento de uma organização em escala continental, esse sentimento não obedecia a uma unanimidade. A partir daí que nasce então o Grupo de Monróvia e o Grupo de Casablanca, que, por intermédio das suas visões conflitantes vão acabar dificultando o integracionismo africano. Foi então dessas duas correntes ideológicas conflitantes que nasce a Organização da Unidade Africana, “que emergiu dessas duas facções é um esforço de conciliação conduzido pelo Imperador da Etiópia, Hailé Selassié, que persuadiu os presidentes dos 32 países independentes a se reunirem em Addis Abeba, em 25 e 26 de maio, para constituição da Organização” (KIZERBO, 1972, p. 27).

De acordo ao portal da União Africana (2005), o tratado constituinte da OUA previa 1) a igualdade soberana entre os Estados, independente da sua riqueza ou extensão territorial, a soberania se constituía como um direito de todos os Estados membros da organização; 2) a não ingerência nos assuntos internos de outros Estados, que garantia a autodeterminação política dos Estados, bem como uma autonomia nas projeções internas que o mesmo Estado fosse dar; 3) respeito à soberania de cada Estado, permitindo com que cada Estado se guia segundo as suas concepções; 4) resolução pacífica dos conflitos nos outros Estados, permitindo a criação de instâncias governamentais que funcionassem como pacificadores; 5) condenação de todo e qualquer ato que espelhe a colonização ou situações análogas a ela; 6) emancipação total e completa dos Estados que ainda se viam sobre o jugo colonial; 7) um não-alinhamento às principais correntes político-ideológicas que não enfatizassem a representatividade africana.

A Organização da Unidade Africana perseguia os seguintes objetivos: o combate ao colonialismo; a defesa do panafricanismo; o combate ao *apartheid*. Essa Organização visava incrementar a cooperação entre os seus membros, estabelecer a unidade e a solidariedade dos Estados africanos, defender a integridade territorial, a independência e a soberania de seus membros. Atuou na economia, na defesa, na segurança coletiva e na cultura (DIALLO, 2005, P. 11).

A OUA enquanto uma organização com vícios panafricanista estabelecia os seus princípios com base no resgate da identidade do homem negro, na luta pela independência política dos Estados africanos, no apoio aos movimentos de libertação nacional, e em um não-alinhamento. Os princípios estabelecidos pela OUA começaram a se encorpar a partir do final da década de 50 e começo de 60, aquando da primeira e segunda conferência dos Estados independentes de África. A primeira conferência “tinha como temas o anticolonialismo, o anti-imperialismo, o antirracismo, a unidade africana e o não alinhamento” (CHANAIVA, 2010, p. 901). Já a segunda Conferência “reunida em Túnis no ano 1960 congregou setenta e três delegações africanas e adotou uma série de resoluções relativas, em sua maioria, a descolonização” (CHANAIVA, 2010, p. 901).

Após a primeira e a segunda se deram várias outras conferências que por intermédio delas se debateu questões como a fragmentação do continente, os problemas político-sociais, o mercado comum, a diversificação das atividades econômicas, etc., Apesar das diferenças existentes os grupos que compunham as cúpulas representativas destas conferências, chegou-se a um consenso de que os problemas africanos poderiam ser resolvidos de forma mútua, de forma integrada e unificada, e dando forças para a assinatura da Carta da Unidade Africana. “A Carta da Organização da Unidade Africana tem sido definida como uma carta de libertação, posto que as verdadeiras preocupações dos Estados africanos nela contidas eram relativas à unidade africana” (DIALLO, 2005, p. 11) Assinada por 30 Estados, a Carta da Unidade Africana enuncia os direitos dos povos, a liberdade, a justiça, a igualdade, “a não-interferência nos assuntos internos dos países tomados individualmente e à libertação, não só do sistema colonial como também do neocolonial”. (DIALLO, 2005, p. 11). A Carta enuncia a materialização dos ideais panafricanistas, assim como reflete a criação da Unidade Africana e dos seus entes constituintes.

Essa perspectiva fez com que a Carta fosse constantemente criticada como sendo nada mais do que uma formulação de direitos dos Chefes de Estado, uma institucionalização de um sindicato de presidentes africanos, cuja tarefa principal seria a normalização das relações de seus membros feudais. Cabe salientar que, antes mesmo da criação da OUA, a questão dos direitos humanos vinha sendo discutida (M'BAYE, 1983 *apud* DIALLO, 2005, P. 11).

A Carta da Unidade Africana acabou sendo o mecanismo constituinte da OUA, além de representar os Direitos Humanos e dos Povos, e de definir uma ética política que unificasse os sentimentos e aspirações dos povos africanos. Para além de definir as diretrizes, a Carta vai definir constituintes da Organização da Unidade Africana. Definiu-se então que “os órgãos

que compõem a OUA são: Conferência dos Chefes de Estado e de Governo; Conselho dos Ministros; Secretariado Geral; Comissão de Mediação, de Conciliação e de Arbitragem. (DIALLO, 2005, p. 13), como órgãos de primeira instância, e “além desses órgãos, havia as comissões especializadas, tais como a Comissão Econômica e Social, a Comissão de Educação, da Ciência, da Cultura e da Saúde e, por fim, a Comissão da Defesa” (DIALLO, 2005, p. 13). A constitucionalidade desses setores acelerou também a adoção de um programa do combate ao colonialismo, da defesa, da segurança, da solidariedade entre os Estados e do combate ao Apartheid.

A partir da década de 70 a organização começou a viver o seu período de crise e inflexão provocadas por várias mudanças internas e externas, inerentes à própria organização, aos países que a compunham e a conjuntura internacional. “Os conflitos civis e étnicos que destroem ainda alguns países ou regiões, a pauperização econômica, a dívida e, com isso, a dependência manifesta em relação às antigas metrópoles coloniais, revelaram os limites da organização” (DIALLO, 2005, p. 13).

Para mitigar tais inconsistências, a maioria dos países africanos decidiu votar a favor da criação de mecanismos sub-regionais para tentar mitigar os problemas de cunho político, social, econômico, estratégico e cultural. Essas estratégias aprovadas provocaram a divisão continental em sub-regiões, tais como: África Austral, Ocidental, Central, Norte e Oriental. Essa estratégia de fundar vários grupos sub-regionais era incompatível com os objetivos fundamentais do panafricanismo, a partir do momento em que ele cria rupturas dentro da estrutura regional já existente, abrindo assim espaço para as ingerências externas, o que visa desestabilizar ainda mais os anseios da OUA.

Por intermédio de uma Conferência de Chefes de Estados e de Governo da União incitou-se que as nações africanas adotassem medidas para mitigar os déficits gerados pela carência de recursos financeiros, pelo mau funcionamento da OUA, assim como os constantes conflitos gerados pela má governança. Nessa Conferência de Chefes de Estados os líderes lá presentes acreditavam estar traçando as diretrizes necessárias para o bom funcionamento e fortalecimento dos interesses da união. “As integrações africanas em nível regional e sub-regional, criadas nos anos sessenta, multiplicaram-se a partir de 1970. Fundadas geralmente pela proximidade geográfica e pela comunidade linguística dos países que as compõem” (DIALLO, 2011, P. 93).

No intuito de fortalecer os ideais panafricanistas, “essas integrações regionais perseguem os mesmos objetivos e, notadamente, a coordenação dos programas e políticas para favorecer o crescimento econômico e o desenvolvimento” (DIALLO, 2011, p. 93). Dentre

estas várias organizações destacam-se: União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) fundada em 1994, Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) 1975; a Comunidade dos Estados Sahel-Saarianos (CEN-SAD) fundada em 1998; o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) fundada em 1993; a Comunidade da África Oriental (EAC) fundada em 1967 – 1977; a Comunidade Económica e Monetária dos Estados da África Central (CEEAC) fundada em 1985; a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) fundada em 1986; a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) fundada em 1992; a União do Magrebe Árabe (UAM) fundada em 17 de fevereiro de 1989 e a SACU que foi fundada em 1910.

Percebe-se então que até aqui os objetivos de integração ligados aos interesses das lideranças africanas sempre se deram respeitando e seguindo as ideais panafricanistas, que por intermeio do seu pragmatismo ecumênico sempre busca integrar as nações africanas para além das suas disparidades político-social e ou cultural, assentando-se sempre no princípio da solidariedade. Esses conflitos começaram a ganhar forças “sobretudo, em função da derrubada de Nkrumah, o panafricanismo, na qualidade de vetor de integração, perdeu o seu ímpeto durante a segunda metade dos anos 1960, geralmente, em proveito de movimentos favoráveis à constituição de agrupamentos regionais e interestatais” (HARRIS, ZEGHIDOUR, 2010, p. 877).

Esse crescimento no número de agrupamentos regionais virá a comprometer o princípio panafricanista de integração, tal e qual, levantar questionamentos sobre a efetividade da Organização da Unidade Africana em dar uma resposta aos problemas africanos.

Segundo Adebayo Adedeji, secretário-executivo da CEA, existiam em 1977 “mais de vinte organizações intergovernamentais de cooperação econômica multissetorial” na África, bem como uma centena de organizações multinacionais uni setoriais engajadas em promoverem no continente a cooperação técnica e econômica. Muitas dentre elas foram criadas nos anos 1960, época apogística da integração africana. (HARRIS, ZEGHIDOUR, 2010, p. 878).

A ascensão dos vários agrupamentos regionais comprometia os interesses panafricanistas de integração regional, bem como a perspectiva africana de integração. A partir desse período começou-se então a assistir ao declínio de muitos agrupamentos regionais. Em 1975, é aprovado em Lomé (Togo) um acordo que aproximaria a União Europeia de alguns países até então membros da OUA, o que feria contra todos os princípios panafricanistas de integração que representa o epicentro constitutivo da criação da união. “Por conseguinte, sob muitos aspectos, este novo pan-africanismo extra-regional que

ilustra as Convenções de Lomé é, essencialmente, incompatível não somente com os objetivos fundamentais do Plano de Lagos” (HARRIS, ZEGHIDOUR, 2010, p. 892), que previa uma ação conjunta do continente em matérias de desenvolvimento, autossuficiência e integração, “também, com as concepções, com as estratégias de desenvolvimento e os objetivos essenciais do pan-africanismo em nível regional e com as novas organizações regionais africanas”. (HARRIS, ZEGHIDOUR, 2010, p. 877). Nesse sentido, o acordo de Lomé visou aproximar a África da Europa, criando assim uma assimetria nas relações entre os dois, diferente de quando ele se propunha em estreitar relações mais horizontais na perspectiva panafricanista.

A Organização da Unidade Africana enquanto uma instituição provedora dos interesses africanos, que se propunham de forma sincrônica e diacrônica defender a independência dos países africanos, fortalecer as relações intercontinentais, promover o desenvolvimento e autossustentabilidade, começou então a ruir. Apesar de ela ter toda uma estrutura para o seu funcionamento e integrar o continente, os problemas sociais, econômicos e políticos que alguns países viviam, assim como o advento da globalização, colocaram em xeque a eficácia da organização em atender as necessidades dos países que compunham a organização. A nova concepção panafricanista que foi criada em Lomé efetivou o declínio da OUA, permitindo a entrada do capitalismo nas estruturas africanas e derrubando todo e qualquer conceito míope pensado na perspectiva do renascimento africano.

Na insuficiência em dar respostas aos problemas africanos, e em uma época de constante aproximação com os países euro-norte-ocidentais, “em 9 de setembro de 1999, os Chefes de Estado e de Governo da Organização da Unidade Africana (OUA) adotaram a Declaração de Sirte (Líbia), pedindo a criação da União Africana (UA)” (DIALLO, 2011, p. 96), uma organização que se desprendesse do fracasso estavam sendo a OUA, e que “entre outros assuntos, a aceleração do processo de integração do continente, a fim de permitir à África ter um papel importante na economia mundial” (DIALLO, 2011, 96), bem como no Sistema Internacional, “sem esquecer de resolver os problemas sociais, econômicos e políticos multiformes aos quais ela é confrontada, problemas acentuados por alguns aspectos negativos da globalização” (DIALLO, 2011, 96). Tendo em vista um novo cenário internacional, a imagem de África para o mundo começou a ser marginalizada. Para contrapor essas insuficiências uma nova organização que restaurasse a imagem do continente se fazia necessária.

Voltando a se inspirar nos ideais panafricanistas de integração, que por ora deturpado com as associações políticas que o continente ia estreitando, em julho de 1994 em Argel,

capital da Argélia, os Chefes de Estados africanos reuniram-se em uma Conferência Ordinária e de Governo da OUA, aquela que viria a ditar a 35ª sessão da Conferência. “Atentos na promoção de um maior fortalecimento da OUA, na globalização e no cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, os líderes africanos se reuniram, entre 8 e 9 de setembro de 1999, em Sirte, na Líbia onde optaram pela substituição da OUA” (HAFFNER, VIANA, 2013, p. 71).

Essa conferência acabou por proclamar a declaração de Sirte que estabelecia a constituição da União Africana, com vista a acelerar o integracionismo africano pregado pelos ideais panafricanistas. A ideia da criação da UA inspira-se na ideologia do panafricanismo. Segundo Vicentini, sua fundação se insere no contexto da necessidade de uma organização capaz de fazer frente aos desafios potencializados pela situação gerada pelo encerramento do conflito bipolar (VISENTINI, 2010, *apud* HAFFNER, VIANA, 2013, p. 70). Pela inserção de África na economia global, além de debater questões como: a descolonização, o apartheid, a globalização etc.

Esta conferência culminou com a “Declaração de Sirte”, documento que estabeleceu a proclamação da União Africana, chamando para esta entidade a responsabilidade de gerir os assuntos do continente. Entretanto, a Ata Constitutiva foi adotada na Cúpula de Lomé, em 2000, entrando em vigor em 2001, em Lusaka. Mas seu lançamento oficial somente se daria em Durban (África do Sul), a 9 de julho de 2002. (HAFFNER, VIANA, 2013, p. 71).

No ano de 2000 a UA em seu Ato Constitutivo previu a criação de nove categorias que vão gerenciar e coordenar o funcionamento da organização. Como estas categorias destacam-se: a Assembleia, a Comissão, o Conselho Executivo, o Parlamento Panafricano, o Comitê de Representantes Permanentes, o Conselho de Paz e Segurança, os Comitês Técnicos Especializados, o Conselho Econômico, Social e Cultural, o Tribunal de Justiça e as Instituições Financeiras. “Em 2000, os países membros da OUA aprovaram o Ato Constitutivo da UA. No ato constitutivo da UA (março 2001) as questões relativas à paz e segurança continentais são consideradas centrais e confiadas à Comissão da UA (criada em 2002)” (DIALLO, 2011, p. 97).

União Africana vinha sendo preconizada desde os primórdios dos ideais panafricanistas empreendidos por Nkrumah, ou seja, na década de 1970 a OUA estava se afastando destes ideais, e para a sua retomada o ecoar de um novo porvir se fazia necessário. Tinha-se na UA a personificação dos ideais panafricanistas sendo encarnados de modo político e jurídico. “O espírito da UA é totalmente diferente da OUA, portanto pode-se

concluir que a UA é um verdadeiro instrumento de luta contra a marginalização do continente”, (DIALLO, 2005, p. 13) gerando confiança e atizando de atingir uma maior visibilidade do continente africano no cenário internacional.

Com vista a garantir a participação dos africanos no desenvolvimento e na integração econômica regional, “a União Africana foi instituída solenemente em Durban (África do Sul) e visa acelerar o processo de integração, um pouco no modelo da União Europeia (UE). A inspiração europeia é evidente no seu ato constitutivo adotado em Lomé (Togo) em 2000” (DIALLO, 2005, p. 13). Com ela nasce também o BAD, a NEPAD, a perspectiva da construção de uma união aduaneira, da livre circulação de bens pessoas e serviços, da criação de uma moeda única, da autossuficiência etc. Um novo conceito nascia então com sede em Abis Abeba (Etiópiã), no intuito não de desfazer, mas de corrigir os fracassos que teve a OUA.

“Ante este novo contexto, a organização teria sido criada com o intuito de corrigir o legado negativo deixado pela antecessora OUA e recolocar a África no novo cenário que se vislumbrava. Com sede em Abis Abeba (Etiópiã), e contando hoje com 55 membros” (HAFFNER; VIANA, 2013, p. 71), a União Africana se propõe em restaurar a imagem de África no cenário internacional, na promoção da democracia, direitos humanos e desenvolvimento econômico. A organização aspira a partir de uma análise temporal e histórica-cronológica caminhar de forma autônoma, aprendendo com os erros da organização passada.

Observa-se a presença de muitos obstáculos no mercado africano em particular, e no mercado financeiro em geral. Deveras, alguns aspectos podem ser salientados: condições macroeconômicas desfavoráveis (inflação alta e instável, déficit fiscal, dívida pública etc.), volume restrito de demanda e fornecimento de produtos financeiros, fraco volume de transações, taxas elevadas impostas às operações financeiras, infraestrutura inadequada, limitada cultura financeira, governança econômica pobre etc. (UNIÃO AFRICANA, 2008) (HAFFNER; VIANA, 2013, p. 72)

A União Africana surge em um contexto de muita hostilização de África, a economia do continente se encaminhava à beira da bancarrota, uma forte marginalização dos países na arena internacional. “O advento da UA pode ser considerado como um evento maior na evolução institucional do continente” (DIALLO, 2011, p. 96). Estava nítido que o organismo se pretendia em recuperar a imagem de África e uma contra marginalização dos assuntos africanos, além de, a nível interno, promover o desenvolvimento, prevenir e mediar os conflitos e acelerar o processo de integração dos países africanos.

Os preceitos preconizados pela OUA demandam dos ensejos anteriormente já prescritos desde a criação do CEA, passando pela criação da OUA até a UA. “Cabe salientar que, a união política só se materializará quando se basear numa união econômica” (DIALLO, 2011, p. 96). Para isso, as “instituições financeiras tais como o Banco Central Africano (BCA), o Fundo Monetário Africano (FMA) e o Banco Africano de Investimentos (BAI), cuja criação está prevista na Carta da União, só serão eficazes se tiverem condições de coordenar um espaço econômico comum” (DIALLO, 2011, p. 96). Para isso, foram criados setores interministeriais para coordenar o bom funcionamento de tais instituições, a fim de melhorar e integrar o mercado de negócios local.

Para garantir a realização dos objetivos preconizados pela organização far-se-á necessário a retomada dos ideais panafricanistas que previa um integracionismo africano míope, cunhado a partir de princípios endógenos que valorizasse a coletividade mesmo em um cenário de disparidade regionais. “Se toda esta renovação institucional se concretizar, a UA se tornará um espaço de desenvolvimento regional integrado – o que os ancestrais do panafricanismo apenas ousavam sonhar” (DIALLO, 2011, p. 96).

Foi assim então que foram fortalecidos os acordos regionais e a criação de uma agenda denominada África 2063, um plano estratégico a curto, médio e longo prazos que visa dar vida de forma gradativa às aspirações dos povos africanos. O regionalismo africano como percorrido até aqui e, em linhas gerais, passou e tem passado por vários processos de transformação, mas a égide concentra-se nas aspirações panafricanistas de unificação, e foi graças aos esforços de vários líderes e intelectuais africanos que tais preceitos começaram a ser personificados, e apesar de uma grande onda marginalizante a União Africana vem tentando dar uma resposta aos variados problemas impostos pela globalização e pelas instituições financeiras internacionais.

5 CONCLUSÕES

A integração regional enquanto processo de compartilhamento de interesses político-econômico cunhado pelas teorias tradicionais nasce na metade do século XX, precisamente na década de 1960, com o advento da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), passando também pela Comunidade Econômica Europeia e pela Comunidade Europeia da Energia Atômica. Esses organismos vão nascer das necessidades dos países euro-norte-ocidentais de congregarem esforços e entrelaçarem os laços na necessidade de alcançar a paz,

proteger as suas economias e garantir a estabilidade e a riqueza. A integração regional como a conhecemos hoje é o processo pelo qual os Estados concordam em trabalhar em conjunto para alcançar a estabilidade política e econômica. Foi então a partir de Bela Balassa, Joseph Ney e com o advento da globalização, que começa a se estruturar os preceitos teórico-conceituais que vão dar corpo à teoria da integração regional.

A integração regional enquanto processo de unificação das necessidades vai se dar seguindo dois aspectos importantes, a saber: a integração econômica que vai demandar a criação de um mercado comum, criação de zonas de livre circulação de bens, pessoas e serviços, expansão da suas influências, eliminação de tarifas alfandegárias para os países cooperantes, até chegar à integração política, como o processo mais avançado, ou seja, o estágio último da integração, no qual os países integrante cederiam parte da sua soberania em prol da criação de um organismo que pudesse representar os interesses a nível interno e externo, nesse caso, o aspecto político representaria o compartilhamento de políticas comuns, e de criação de instituições de governança comum, como o caso do supranacionalismo vigente na UE o que se poderia descrever como o estágio último da integração, ou seja, uma integração “completa”.

A perspectiva africana do regionalismo emana das raízes das sociedades pré-coloniais aquando da composição dos assentamentos regionais, geograficamente não delimitados, que permitia o compartilhamento das necessidades e a busca conjunta e integrada para superar tais dificuldades. Desde essa época já se tinha começado a criar o sentimento de pertença, do compartilhamento das necessidades e da solidariedade, fato característico do integracionismo africano. Após a invasão ocidental, houve uma desestruturação dos reinos e assentamentos africanos, que até então não obedeciam a nenhuma delimitação geográfica, e passou então a reconhecer ela depois da Conferência de Berlim.

Com o advento da colonização, toda e qualquer forma de organização político-social míope fora substituída pelas perspectivas dos países colonizadores. O colonialismo e o escravismo acabaram por romper com todos os princípios que os povos nativos africanos acreditavam. Ou seja, a perspectiva africana de integração, ela surge antes do choque das civilizações, porém, foi a partir desse choque que as sociedades africanas se encaminhavam para a perda da sua identidade política, social, cultural, linguística, econômica etc.

Foi assim então que na virada do século XIX para o século XX nasce nas américas uma corrente teórica-política denominada panafricanismo, que visa recuperar a dignidade do homem negro, assim como fortalecer o sentimento de solidariedade entre os povos, e pregar por uma união dos Estados africanos.

O panafricanismo nasceria então a partir dos ensejos de: Sylvester William, WEB, Marcus Garvey, Kwame Nkrumah, James Padmore, entre outros. Os teóricos panafricanistas propunham entre vários assuntos a unidade política de toda a África, o fim da colonização e o resgate da identidade do homem negro. “Para o melhor e para o pior, a África atingiu a sua maioria” (HARRIS, ZEGHIDOUR, 2010, p. 893), durante a década de 1960, após a independência de mais de 18 colônias africanas, e o panafricanismo enquanto um movimento de libertação nacional vai ganhando forças, e isso, vão se acendendo também as chamadas para renascimento dos nacionalismos africanos, enquanto sentimento de identidade de pertença.

A década de 1960 considerada a “idade de ouro do pan-africanismo na qualidade de movimento de descolonização política, portador das maiores esperanças” (HARRIS, ZEGHIDOUR, 2010, p. 893), que apesar de uma não unanimidade, o movimento se predispunha a recuperar a dignidade africana. Após variados conflitos colocando em frente duas das principais correntes ideológicas africanas da época, Monrovia e Casablanca, sucedeu-lhe a idade de ouro do pan-africanismo como instrumento de integração regional e descolonização econômica (HARRIS, ZEGHIDOUR, 2010, p. 893).

O panafricanismo, enquanto um movimento de integração regional, visa unificar o continente africano em todas as escalas, e dele se originou o nascimento da primeira organização de unificação continental, a OUA e com ela mais de 200 organizações regionais, das quais a UA reconhece apenas 8, a COMESA, SADC, CEN-SAD, EAC, ECCAS, ECOWAS e a UAM. A Organização da Unidade Africana foi o projeto miope bem-sucedido que personificava os ideais panafricanistas.

Com o advento da Organização da Unidade Africana, para dar resposta à sua ineficácia, nasceram então vários agrupamentos regionais já acima supracitados, que consigo em um processo transitório nasce também a UA, órgão vigente até então nos traçados das diretrizes africanas. As organizações regionais africanas possuem outro meio para livrarem-se da dependência: estabelecer relações econômicas privilegiadas com o sistema de integração regional da Ásia e da América Latina (HARRIS, ZEGHIDOUR, 2010, p. 894).

A integração com os países do eixo Sul, vai ser categorizada como uma integração horizontal, visto que ela visa distribuir equitativamente os ganhos e benefícios aos países cooperantes, e desta forma acabar com as assimetrias existentes na cooperação Norte-Sul. Entretanto, e concretamente, este tipo de “integração horizontal” subentende o desenvolvimento da cooperação econômica entre países em desenvolvimento, cooperação esta que, segundo Elvin Laszlo, constitui “o novo imperativo para o desenvolvimento nos anos 1980” (HARRIS, ZEGHIDOUR, 2010, p. 894).

Para uma efetividade tanto da perspectiva africana de integração quanto para se voltar a uma cooperação horizontal, reformas políticas internas são necessárias para efetivar um elevado nível de integração e com isso provocar uma diminuição da dependência. Olhando para os dias atuais, percebe-se que o profundo enraizamento do neocolonialismo vem desvirtuando os ideais africanos, para isso, uma retomada aos ideais panafricanistas de integração se faz necessário na perspectiva de se voltar contra as teorias tradicionais que se tenta impor às sociedades africanas, uma vez que elas não reverberam as necessidades das sociedades africanas e tão pouco servem para dar uma resposta às necessidades de tais sociedades. Como dito e posto, o regionalismo africano obedece à categorização diferente das impostas pelas teorias tradicionais.

REFERÊNCIAS

- ASANTE, S; CHANAIWA, David. **O Pan-africanismo e a integração regional**. In: História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília: UNESCO, 2010.
- BALASSA, Bela. **Teoria da integração Econômica**. Tradução de Maria Filipa Gonçalves e Maria Elsa Ferreira. Lisboa: Clássica Editora, 1973
- BALASSA, Bela. **The theory of economic integration**. Londres: George Allen and Unwin Ltd, 1961.
- BÖRZEL, Tanja A. 2016: **From EU Governance of Crisis of EU Governance: Regulatory Failure, Redistributive Conflict, and Euros keptic Publics**, KFG Working Paper Series, No. 74, August 2016
- BRICEÑO RUIZ, José. **Regionalismo latino-americano: produção de saber e criação e importação de teoria**. Civitas, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 262-284, maio-ago. 2018
- BRICEÑO RUIZ, José. (2007) **Strategic Regionalis mand Regional Social Policy in the FTAA Process**. Global Social Policy, 7(3): 294–315.
- CALICH, Ana Paula. **O papel da integração regional como mecanismo de inserção internacional e de promoção de desenvolvimento: um estudo de caso sobre a SADC**. Rio de Janeiro, UERJ, 2018.
- DIALLO, Alfa Oumar. **Integração Africana: da Organização da Unidade Africana à União Africana**. Espaço Jurídico, Unoesc, v. 6, n. 1, p. 7-20, jan./jun. 2005
- DIALLO, Alfa Oumar. **Renascimento africano e desenvolvimento**. Revista Conjuntura Austral, vol. 2, nº. 6, jun. Jul. 2011.
- EUZEBIO, Douglas Fabian Silva. **A integração regional na América Latina à luz da teoria construtivista: entre o regionalismo aberto e o regionalismo pós-liberal**. Porto Alegre: UFRG, 2016.
- GARCIA, Álvaro A. O impacto da ALCA na economia brasileira: alguns comentários. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 29, n. 3, p. 25-50, 2001.
- GILPIN, Robert. **Global Political Economy: understanding the International Economic Order**. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- HUGON, Felipe. **Geopolítica da África**. Rio de Janeiro: Editora, FGV, 2009.
- HURRELL, Andrew. **O ressurgimento do regionalismo na política mundial**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p.23-59, jan. 1995.
- JUNIOR, Umberto Celli. **Blocos econômicos e integração na América Latina, África e Ásia**. Curitiba, Juruá Editora, 2006, cap. 1.

- LESSA, Antônio Carlos. **História das Relações Internacionais: A Pax Britânica e o mundo do Século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- LIST, Friedrich (1841). **Sistema nacional de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LOMBAERDE, Philippe de LANGENHOVE, Luk Van. **Indicators of regional Integration: Conceptual and Methodological Issues**. Bélgica: UNU-CRIS, 2005.
- MARIANO, Karina L. P. **Regionalismo na América do Sul: um novo esquema de análise e a experiência do Mercosul**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
- MARCUSSEN, Martin; RISSE, Thomas; ENGELMANN-MARTIN; DANIELA, Knopf; HANS, Joachim and ROSCHER, Klaus. 'Constructing Europe? The evolution of French, British, and German Nation-State Identities', *Journal of European Public Policy*. 1999.
- MBOKOLO, E. **A África independente**. In: MBOKOLO, Elikia. (Org.). *África Negra: história e civilização*. Salvador: EDUFBA, 2011.p. 650-710.
- MESQUITA, Rafael. **Regionalismo, integração Regional e as Relações Internacionais: uma introdução teórica**. Paraíba: Revista de Estudos Internacionais (REI), Vol. 10 (1), 2019.
- MEDEIROS, Carlos A. **Os dilemas da integração Sul-Americana**. In: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (Org.), *Cadernos do Desenvolvimento*. 5 ed. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2008.
- MILWARD, Alan S. **The european rescue of the nation-state**. Los Angeles: University of California Press, 2000.
- MOREIRA, Silva Cassio. **A integração regional como resposta ao processo de globalização. Gestão Contemporânea**, Porto Alegre, ano 7, n. 7, p. 215-243, jan./jun. 2010.
- N'KRUMAH, Kwame. *L'Afrique doit s'unir*. Paris: Présence Africaine, 1994.
- NYE Jr., Joseph S. **Bound to Lead: the changing nature of American Power**. New York: Basic Books, 1990.
- PADULA, Raphael. **Integração regional de infraestrutura e comércio na América do Sul nos anos 2000: uma análise político-estratégica**. 2010. 311 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Engenharia de Produção, UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.
- PAASI, Anssi. "The resurgence of the "region" and "Regional Identity": theoretical perspectives and empirical observation on regional dynamics in Europe", *Review of International Studies*, 2009, p. 128.
- PASQUINI, P. "De la tradition à la revendication: provincialisme ou régionalisme?", *Ethnologie française*, nouvelle série, vol. 33, n°3, Culture regionales: Singularités et revendications, 2003.

PERROTTA, Daniela. **El regionalismo de la educación superior en el proceso de integración regional del MERCOSUR**: políticas de coordinación, complementación, convergencia y armonización en las iniciativas de acreditación de la calidad de las carreras de grado (1998-2012). Buenos Aires, FLACSO, Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. 504p, 2013.

PREDEBON, Eduardo Angonesi; BULGACOV, Sergio. **Processos de integração regional e Internacionalização**: o Caso da Weg. Porto Alegre: ANPAD, V Encontro de estudos em estratégia, 2011.

RICHARD, Yann. **Integração regional, regionalização, regionalismo**: as palavras e as coisas. São Paulo: Confins, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/8939>. Acessado aos 24 de maio de 2022.

RISSE-KAPPEN, Thomas. **A Community of Europeans?** Transnational Identities and Public Spheres. Cornell University Press; Illustrated edição, 2010.

SANCHES. O. M. **Dicionário de orçamento, planejamento e áreas afins**. Brasília: OMS. 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SANTOS, Lucas Bispo. **Integração regional e regionalismo**. ODR. Disponível em: <http://observatorio.repri.org/glossary/integracao-regional-e-regionalismo/>. Acessado aos 18 de junho de 2021.

SILVA, Armstrong Pereira da. **A integração regional e o Regionalismo Pós-Segunda Guerra**: um estudo de caso do regionalismo proposto pela CEPAL na década de 1950. Paraná: UNILA, 2020.

SÖDERBAUM, Fredrik (2004). **Modes of regional governance in Africa**: neoliberalism, sovereignty-boosting and Shadow Networks, *Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations*, Vol. 10, No. 4 (November), pp 419-436.

THORSTENSEN, Vera. et al. **O Brasil frente a um mundo dividido em blocos**. São Paulo: Nobel – Instituto Sul-Norte de Política Econômica e Relações Internacionais, 1994.

VAN GINKEL, H. and Van Langenhove, L. "Introduction and Context" in Hans van Ginkel, Julius Courtand Luk Van Langenhove (Eds.), **Integrating Africa**: Perspectives on Regional Integration and Development, UNU Press, 1-9, 2003.